¡VIVA LA FEDERACION!

LA GACETA MERCANTIL

DIARIO COMERCIAL, POLITICO Y LITERARIO.

AÑOS 17 de su publicacion.] BUENOS AIRES, SABADO 8 DE FEBRERO DE 1840. No. 4,976.

CORRESPONDENCIA.

REVISTA DE FOLHAS ESTRANGEIRAS.

PORTUGAL.

Sr. Editor do Correio.—Tendo V. feito a honra de inserir no seu periodico algumas cartas minhas, espero receber agora igual obsequio, fazendo publicar as seguintes traducções de dous rascunhos para outras tantas notas, remettidos por Lord Palmerston e Lord Howard de Walden em 20 e 27 de Abril deste anno a fim de as dirigir ao governo de S. M. F.

Acham-se a pag. 71 e 92 dá classe—B—Correspondencia com Hespanha, Portugal, e Brasil á cerca do trafico dá escravatura, um dos folhetos a que o Correio tem muitas vezes alludido.

Sou Sr. Editor etc. Lisboa 12 de Setembro de 1839.

DETECTOR.

Rascunho de uma nota para ser apresentada por Lord Howard de Walden ao Governo Portuguez.

O abaixo assinado recebeu instrucções para declarar ao visconde de Sá da Bandeira etc., que o governo britannico esperava que as suas negociações com Portugal para a suppressão do commercio da escravatura acabasse por um resultado, que tornasse desnecessaria da parte do governo britannico, dar uma resposta circunstanciada á nota que o Sr. Sá da Bandeira dirigiu ao abaixo assinado em 22 de maio de 1838. Porem esta expectação tendo sido frustrada, o abaixo assinado recebeu agora instrucções para fazer as seguintes observações em resposta á dita nota.

O Sr. Sá da Bandeira, referindo-se em primeiro lugar, na nota em questão, á communicação que lhe fez o abaixo assinado em 20 de maio de 1838, começa declarando ser a sua intenção demonstrar o quanto sejam destituidos do mais leve pretexto de justiça as graves accusações feitas contra o governo portuguez, de que se prosegue presentemente com impunidade debaixo da sua bandeira um systema de guerra, e pirateria contra o genero humano.

O governo de Sua Magestade teria sinceramente estimado que a nota do Sr. Sá da Bandeira tivesse desfeito de algum modo essas accusações, pois o governo de Sua Magestade teria visto com prazer, que um reino que por tanto tempo tem estado em estreita alliança com á Grã Bretanha, tinha revindicado accusações de tão grave monta, porem o governo de Sua Magestade sente ter de observar, que em quanto por um lado essas accusações são autorisadas por indubitaveis factos, a nota do Sr. Sá pelo outro, não faz se quer a mais leve tentativa para as refutar.

Achar-se-ha uma narração dos factos que comprovam estas accusações, na nota dirigida ao barão de Moncorvo pelo visconde Palmerston em 30 de abril de 1836, e a séria attenção do governo portuguez foi naquelle tempo sollicitada sobre as circunstancias referidas naquella nota.

A declaracão feita na nota de Lord Palmerston não foi respondida; porem os crimes que referia ficaram impunes, e os individuos que protegeram os criminosos continuam em autoridade.

Factos da mesma natureza a pesar de serem de mais recentes datas foram levados ao conhecimento do governo portuguez nos mezes de março, abril, e maio do anno passado. Estes factos não foram refutados; pois que seria impossivel negalos. Porem ao governo de S. M. não consta, que o governo portuguez tomasse medida alguma contra elles, com o fim de acabar com estes maus habitos.

O Sr. Sá da Bandeira, continua a allegar em escuza da conducta de Portugal neste negocio, que em outro tempo todas as mais nações eram com ella cumplices neste crime, e que a mesma Grã Bretanha nos tempos primitivos da sua historia entrou muito no commercio da escravatura que está agora prohibida.

Essas asserções são perfeitamente verdadeiras; porem o que é que provam? ou que tem ellas que fazer com a actual conducta de Portugal? Por ventura não tornam esta conducta menos perdoavel? Por quanto se a Grã Bretanha tem espontâneamente abandonado ha já muito tempo a sua criminosa carreira, e se quasi todas as mais nações da Europa tem seguido o seu exemplo, não é por ventura maior o crime de Portugal em perserverar em um systema de crime que os seus passados cumplices tem assim abandonado?

Porem já que o visconde de Sá quiz appelar para a historia, asenta o governo de S. M. que lhe cumpre observar, que por cêdo que fosse o periodo em que a Grã Bretanha começou o trafico da esclavatura, achou ainda mesmo naquella epoca que este trafico estava estublecido por Portugal mais de um século antes.

Mustram os annaes portuguezes que os primeiros navegadores daquella nação nos mares da Africa, ainda que tivessem a gloria de abrir um grande caminho maritimo para a Europa nas vastas regiões do Oriente, comtudo deslustraram a sua gloria na pratica de um crime que continúa ainda, no dia de hoje a manchar o caracter do seu paiz.

O mais antigo historiador dessas viagens Cada Mosto, refere, que no meio do decimo quinto seculo a escravatura foi sujeita a um regulamento pelo principe Henrique de Portugal; á fin de pôr termo ás incursões desordenadas que os portuguezes estavam antecedentemente no costume de fazer nas povoações da costa, para levar escravos. Foi ordenado que dahi em diante os escravos fossem conduzidos para a costa por negociantes naturaes do paiz, e que fossem comprados delles em preços estabellecidos. No principio. o numero destes importado cada anno para Portugal só de Arguin, diz Cada Mosto, que subia de 7, a 800 "cabeças" Por quanto estos africanos não se contavam então, segundo o moderno systema de enumeração, por almas, mas como o gado por cabeças.

A differença, por tanto, entre a Grã Bretanha, e Portugal neste particular parece consistir em que a Grã Bretanha foi a ultima das duas potencias que se entregou ao trafico de escravatura, assim como foi a primeira a abandona-lo, e que Portugal foi a primeira a po-lo em pratica, e agora apegou-se a elle até ao fim.

O Sr. Sá da Bandeira continúa a referir, ainda que se não conheça que vantagem se espere do seu argumento, os passos successivos que deu á Grã Bretanha em quanto proseguia o seu curso desinteressado e generoso de expiação para com a raça africana pela injustiça da sua precedente conducta. O Sr. Sá, lembra os honrosos e aturados esforços por meio dos quaes, depois de muitos annos de incançavel trabalho, a Inglaterra alcançou persuadir ao poder legistativo que devia abolir o trafico da escravatura, e ainda meis aboli-lo sem ser obrigada a fazello por tratado com reino nenhum estrangeiro, e sem ser paga para o fazer pelos cofres de naçoes estrangeiras. Faz menção das tentativas que em seguida fizeram os commerciantes da escravatura para evadir a lei de abolição, e refere os varios meios applicados pelos jurisconsultos, para que a dita lei se tornasse mais compulsiva, e effectiva; até que finalmente a severidade do castigo, e a rigorosa applicação da lei, fez acabar de todo este crime. Porem o visconde de Sá não parou aqui, nem se esquece de fazer lembrar, que a nação britannica não ficando ainda satisfeita de abolir simplesmente o trafico da escravatura, intendeu que não se podia considerar izenta de culpa, em quanto o estado de escravidão continuasse a existir nos dominios da corôa britannica: e que a nação ingleza, por meio de um acto desinteressado de generosidade, que não tem paralello na historia do mundo, restituio a liberdade a 800,000 escravos pagando ao mesmo tempo em compensação aos seus donos não menos do que a somma de vinte milhões de libras esterlinas. E, perguntar-se-ha em que conta se hão-de ter depois de tão nobre prova de generosidade, aquelles miseraveis, que incapazes, como devemos suppor, de nutrir no seu coração sentimentos generosos, ousam interpretar os esforços da Grã Bretanha para persuadir as outras naçoes de abandonar o trafico da escravatura como motivados pelo egoismo e sordidos interesses?

Mas grande é o contraste que a pintura, deste modo delineada pelo visconde de Sá da conducta da Grã Bretanha, offerece ao curso que siguiu Portugal no mesmo objecto, que deixou de cumprir deveres contrahidos por tratados solemnes, que o obrigam a abolir o trafico da escravatura, que recusou de fazer tudo quanto devia, tendo para esse fim recebido, segundo elle mesmo confessa, para cima de lib. 400,000, e cujas leis contra a escravatura ficaram em palavras, e em caso nenhum foram ainda levadas á execução.

Porem se o que o Sr. visconde de Sá pensa poder inferir desta parte da sua nota é que á Grã Bretanha achou a tarefa de acabar com a escravatura muito difficil no seu paiz, e que por consequencia Portugal tem bastante desculpa para não o acabar no seu, a resposta é mui clara e simples: Porque tendo a Grã Bretanha vontade, e estando determinada a fazello, tem levado ao fim o seu desejo, e como Portugal não o tem feito, devemos concluir que não tinha a mesma determinação nem a mesma boa vontade.

Porem não se deve esquecer que o governo britannico não pede agora a Portugal que siga inteiramente o nobre exemplo que a Grã Bretanha lhe deu. Portugal não é obrigado, por tratado, a emancipar os seus escravos, e a Grã Bretanha não pede mais do que o que tem direito a exigir por tratado.

Porem Portugal é obrigado por tratado a abolir o seu trafico de escravatura, e a Grã Bretanha tem jus a pedir o que o tratado estipula.

O visconde de Sá admitte que Portugal contractou certas obrigações; porem nega á extensão que se alega; e certefica terem sido cumpridas. Confessa que Portugal recebeu uma grande somma de dinheiro da Inglaterra em attenção á abolição da escravatura em Portugal; porem certefica que esta somma foi menor do que se representa, que fôra paga para a parcial; e não para a total abolição, e que em parte foi tambem em compensação

CORRESPONDENCIA.

REVISTA DE PERIODICOS EXTRANGEROS.

PORTUGAL.

Sr. Editor del Correo.—Habiéndome Vd. hecho la honra de insertar en su periódico algunas cartas mias, espero recibir ahora igual obsequio, haciendo publicar las siguientes traducciones de dos bosquejos para otras tantas notas, remitidos por Lord Palmerston y Lord Howard de Walden en 20 y 27 de Abril de este año, á fin de dirigirlas al Gobierno de S. M. F.

Hállanse en la página 71 y 92 de la clase—B—correspondencia con España, Portugal y Brasil, acerca del tráfico de esclavos, uno de los folletos á que ha aludido muchas veces el Correo.

DETECTOR.

Bosquejo de una nota para ser presentada por Lord Howard de Walden al Gobierno Portugues.

El infraescrito recibió instrucciones para declarar al Visconde de Sá da Bandeira &a. que el Gobierno Británico esperaba que sus negociaciones con Portugal para la supresion del comercio de esclavos acabasen por un resultado que hiciese innecesario por parte del Gobierno Británico dar una respuesta circunstanciada á la nota que el Sr. Sá da Bandeira dirigió al infraescrito en 22 de Mayo de 1838. Pero habiendo sido frustrada esta espectacion, el infraescrito ha recibido ahora instrucciones para hacer las siguientes observaciones en contestacion á dicha nota.

El Sr. Sá da Bandeira, refiriéndose en primer lugar, en la nota en cuestion á la comunicacion que le hizo el infraescrito en 20 de Mayo de 1838, empieza declarando ser su intencion demostrar cuan destituidas son del mas leve pretesto de justicia las graves acusaciones hechas contra el Gobierno Portugues de que se prosigue al presente con impunidad bajo de su bandera un sistema de guerra y piratería contra el género humano.

El Gobierno de S. M. habria deseado sinceramente que la nota del Sr. Sá da Bandeira hubiese deshecho de algun modo estas acusaciones, pues el Gobierno de S. M. habria visto con placer que un reino que por tanto tiempo ha estado en estrecha alianza con La Gran Bretaña, habia reivindicado acusaciones de tan grave peso, pero el Gobierno de S. M. siente tener que observar que mientras que por una parte estas acusaciones son autorizadas por hechos indudables, por otra, la nota del Sr. Sá no hace siquiera la mas leve tentativa para refutarlas.

Hállase una narracion de los hechos que comprueban estas acusaciones en la nota dirigida al Baron de Moncorvo por el Visconde Palmerston en 30 de Abril de 1836, y se solicitó en aquel tiempo la seria atencion del Gobierno Portugues sobre las circunstancias referidas en aquella nota.

La declaracion hecha en la nota de Lord Palmerston no fué contestada, pero los crímenes que refería quedaron impunes, y los individuos que protegieron á los criminales continúan con autoridad.

Hechos de la misma naturaleza, apesar de ser de mas recientes fechas, fueron elevados al conocimiento del Gobierno Portugues en los meses de Marzo, Abril y Mayo del año pasado.—Estos hechos no fueron refutados; pues que seria imposible negarlos. Pero al Gobierno de S. M. no consta que el Gobierno Portugues tomase medida alguna contra ellos con el fin de acabar con estos malos hábitos.

El Sr. Sá da Bandeira continúa alegando en escusacion de la conducta de Portugal en este negocio que en otro tiempo todas las demas naciones eran como él, cómplices en este crímen, y que la misma Gran Bretaña en los tiempos primitivos de su historia, entró mucho en el comercio de esclavos que está ahora prohibido.

Estas aserciones son perfectamente verdaderas: pero ¿que es lo que prueban? O ¿qué tienen ellas que ver con la actual conducta de Portugal? Por ventura ¿no hacen esta conducta menos perdonable? Por cuanto si la Gran Bretaña ha abandonado espontáneamente mucho tiempo há su criminal carrera, y si casi todas las demas naciones de Europa han seguido su ejemplo, no es por ventura mayor el crímen de Portugal en perseverar en un sistema de crímen que sus pasados cómplices han asi abandonado?

Pero ya que el Visconde de Sá quiere apelar á la historia, sostiene el Gobierno de S. M. que le compete observar que, por remoto que fuese el periodo en que la Gran Bretaña empezó el tráfico de esclavos, halló aun en aquella época que este tráfico estaba establecido por Portugal mas de un siglo antes.

Demuestran los anales Portugueses que los primeros navegadores de aquella nacion en los mares de Africa; aunque tuviesen la gloria de abrir un gran camino marítimo por la Europa en las vastas regiones del Oriente, con todo deslustraron su gloria con la práctica de un crímen que continúa aun en el dia de hoy manchando el carácter de su pais.

El mas antiguo historiador de esos viages Cada Mosto refiere que á mediados del siglo décimo quinto se sujetó la trata de esclavos á un reglamento por el Principe Henrique de Portugal, á fin de poner término á las incursiones desordenadas que los Portugueses acostumbraban anteriormente hacer en las poblaciones de la costa para llevar esclavos. Se ordenó que de allí en adelante los esclavos fuesen conducidos para la costa por negociantes naturales del pais, y que fuesen comprados á ellos por precios establecidos. En el principio el número de estos importado cada año para Portugal solo de Arguin, dice Cada Mosto, que ascendia de 7 á 800 "cabezas." Por cuanto estos Africanos no se contaban entonces, segun el moderno sistema de enumeracion, por almas; sino como el ganado, por cabezas.

La diferencia por tanto entre la Gran Bretaña y Portugal en este particular parece consistir en que la Gran Bretaña fué la última de las dos potencias que se entregó al tráfico de esclavos, así como fué la primera en abandonarlo, y que Portugal fué la primera en ponerlo en práctica, y ahora se ha apegado á él hasta el fin.

El Sr. Sá da Bandeira continúa refiriendo, aunque no se conozca qué ventaja se espera de su argumento, los pasos sucesivos que dió la Gran Bretaña mientras proseguia su curso desinteresado y generoso de expiacion para con la raza Africana por la injusticia de su precedente conducta. El Sr. Sá recuerda los honrosos y asíduos esfuerzos por medio de los cuales despues de muchos años de incansable trabajo, consiguió la Inglaterra persuadir al Poder Legislativo que deb a abolir el tráfico de esclavos, y aun mas abolirlo sin ser obligada á hacerlo por tratado con reino ninguno extrangero, y sin ser pagada para hacerlo por los tesoros de naciones extrangeras. Hace mencion de las tentativas que en seguida hicieron los comerciantes de esclavos para evadir la Ley de la abolicion, y refiere los varios medios aplicados por los jurisconsultos para que la dicha ley se hiciese mas compulsiva y efectiva; hasta que finalmente la severidad del castigo y la rigorosa aplicacion de la Ley hizo terminar del todo este crímen. Pero el Visconde de Sá no se detuvo aquí, ni dejó de hacer recordar que no quedando aun satisfecha la Nacion Británica de abolir simplemente el tráfico de esclavos, entendió que no podia considerarse exenta de culpa, mientras continuase el estado de esclavitud existiendo en los dominios de la Corona Británica: y que la Nacion Inglesa por medio de un acto desinteresado de generosidad que no tiene paralelo en la Historia del Mundo, restituyó la libertad á 800,000 esclavos pagando al mismo tiempo en compensacion á sus dueños nada menos que la suma de veinte millones de libras esterlinas. Y preguntamos ¿en que punto de vista debe tenerse, despues de tan noble prueba de generosidad, á aquellos miserables, que incapaces, como debemos suponerlos, de abrigar en su corazon sentimientos generosos, osan interpretar los esfuerzos de la Gran Bretaña para persuadir á las otras naciones á que abandonen el tráfico de esclavos como motivados por el egoismo y sórdido interes?

Mas grande es el contraste que ofrece la pintura de este modo delineada por el Visconde de Sá, de la conducta de la Gran Bretaña con el curso que siguió Portugal en el mismo asunto, que dejó de cumplir deberes contraidos por tratados solemnes que lo obligan á abolir el tráfico de esclavos, que rehusó hacer todo cuanto debia, habiendo recibido para ese fin, segun él mismo confiesa, mas de 400,000 libras, y cuyas leyes contra la esclavitud quedaron en palabras y en ningun caso han sido aun llevadas á ejecucion.

Pero si lo que el Sr. Visconde de Sá piensa poder deducir de esta parte de su nota es que la Gran Bretaña halló muy dificil la tarea de acabar con la esclavitud en su pais, y que por consecuencia Portugal tiene bastante disculpa para no acabarla en el suyo, la respuesta es muy clara y simple: Porque, teniendo la Gran Bretaña voluntad, y estando determinada á hacerlo, ha llevado al fin su deseo y como Portugal no lo ha hecho, debemos concluir que no tenia la misma determinacion ni la misma buena voluntad.

Pero no se debe olvidar que el Gobierno Británico no pide ahora á Portugal que siga enteramente el noble ejemplo que le dió la Gran Bretaña. Portugal no está obligado, por tratado, á emancipar sus esclavos, y la Gran Bretaña no pide mas que lo que tiene derecho á exigir por el tratado.

Pero Portugal está obligado por tratado á abolir su tráfico de esclavos, y la Gran Bretaña tiene derecho á pedir lo que el tratado estipula.

El Visconde de Sá admite que Portugal contrajo estas obligaciones, pero niega la estension que se alega; y asegura que han sido cumplidas. Confiesa que Portugal recibió una grande suma de dinero de Inglaterra en atencion á la abolicion del tráfico de esclavos en Portugal: pero asegura que esta suma fué menor de la que se representa que fué pagada para la parcial y no para la tota, abolicion, y que en parte fué tambien en compen

da restituição á França da Guiana (Cayenna) franceza.

Vamos agora examinar successivamente estas desculpas.

O Sr. Sá da Bandeira admitte que em 1810, Portugal "se obrigou para com a Inglaterra por tratado a abolir o trafico da escravatura em todos os seus dominios." Será esta uma obrigação limitada? E por ventura foi obrigação cumprida? ainda mais. Foi o trafico da escravatura na realidade abolido, não já "em todos os dominios de Portugal" mas ainda em uma parte só desses dominios? E não é pelo contrario muy bem sabido que no Porto de Lisboa mesmo se tem permittido a navios equiparem-se para esse mesmo trafico? Ora se todas estas questões podem só ser respondidas desfavoravelmente á Portugal, esta parte da defesa do visconde de Sá ha de cahir por força por terra.

Em quanto ao pagamento que Portugal recebêra para a abolição do seu trafico da escravatura, S. E. diz que a quantia effectivamente recebida por Portugal não chegou a lib. 600,000 como se pretendeu, porem era mais alguma cousa do que lib. 400,000 est. Se o governo de S. M. calculou uma quantia maior do que effectivamente foi paga, está prompto a emendar este erro. Supponde que a demonstraçao do Sr. Sá seja conforme intende o governo que o pagamento de 4 para 500,000 lib. era sufficiente para dar o dereito á Gra Bretanha a exigir o cumprimento das condições debaixo das quaes foi feito o dito pagamento.

Porem foi esta quantia paga para a parcial, ou para a total abolição da escravatura em Portugal? O mais leve exame do tratado de 1815 mostrará que foi para a total, e não para a parcial abolição que esta quantia foi dada á Portugal. Por quanto o preambulo desse tratado, assim com o quarto artigo distinctamente contempla e provideneia para a geral e final abolição da escravatura por parte de Portugal, e o pagamento a Portugal tendo sido estipulado no quinto artigo, deve-se considerar ser a remuneração por parte da Grà Bretanha, pelas obrigações portuguezas acima referidas.

Nem fica esta correlação prejudicada pelo facto, do pagamento dever ter sido feito logo que se publicasse a ratificação do tratado. Pelo contrario esta circunstancia mostra que a Grà Bretanha não consentiria em fazer o pagamento, até que Portugal, publicando diante do mundo inteiro as suas obrigações ratificadas, ficasse obrigado no modo mais solemne e mais publico á final e completa abolição do seu trafico da escravatura. Acontecimientos subsequentes a estes tem na realidade demonstrado que a Gra Bretanha teria obrado com mais prudencia em demorar esse pagamento até que as obrigações de Portugal fossem plena e ponctualmente cumpridas: Mas não fica bem ao governo portuguez o tornar a fazer objetos de insulto e de censura a confiança mal empregada na boa fé de Portugal.

Todavia permitta-se ao governo britannico observar que existe certa apparencia de discripancia em varias passagens, nesta parte da nota do visconde de Sá, visto que ao passo que em uma dellas assevera que a quantia de 4 para 500,000 lib. foi paga a Portugal, em todo o cazo, em attenção a uma abolição parcial do seu commercio da escravatura; em outra combate a ideia "de que Portugal podesse nunca vender a sua cooperação a qualquer outra nação."

O visconde de Sá, por outro lado appella para as négociações de 1815 como prova da interpretação que dá ás obrigações contrahidas por Portugal.

Porem as obrigações de una nação devem ser determinadas pelos seus tratados e não pelas variaveis proposiçoes e repostas que possam ser feitas por qualquer das partes no decurso das negociacões que se encaminhassem á conclusão dos mesmos tratados, e ainda que o visconde de Sá tivesse razão interpretando desse modo as negogociações de 1815, pouco havia de valer o seu argumento, menos não podesse desfazer o texto claro e indisputavel do tratado que foi subsequentemente concluido.

Mas o governo de S. M. ha de seguir o visconde de Sá no exame das negociaçoes a que elle se refere.

Os documentos que o visconde de Sá especialmente aponta, são a nota de 12 de janeiro de 1815 dos plenipotenciarios portuguezes para Lord Castlereagh, o tratado de 22 de janeiro 1815, e o primeiro artigo secreto annexo ao dito tratado; e elle insiste com particularidade em que este ultimo citado documento mostra que o remanescente das lib. 600,000 foi pago a Portugal pela Grà Bretanha, em attenção á restituição da Guiana feita por Portugal á França.

Ora a historia desta parte das referidas negociações é a seguinte

No principio das conferencias sobre o trafico da escravatura, que tiveram lugar no congresso de Vienna, os plenipotenciarios portuguezes, no dia 17 de novembro de 1814, entregaram as suas propostas por escripto,—os seus offerecimentos foram; que Portugal havia de abolir immediatamente o trafico ao norte da linha, e pasados *oito annos* havia de acabar o seu trafico de escravatura em toda a parte: con tanto que *durante esse periodo* de oito annos, os crusadores britannicos não impedissem este trafico ao sul da linha.

As suas exigencias correspondentes, eram primeiramente, que uma indemnisação seria concedida pelos prejuicios portuguezes soffridos na Africa, em consequencia das tomadias de navios portuguezes feitas pelos crusadores britannicos; e que esta indemnisação seria objecto de uma convenção que deveria preceder o tratado de abolição: segundo: Que a Grà Bretanha annuisse a perdoar a Portugal o resto da sua divida de lib. 600,000: terceiro: Que a Grà Bretanha garantiria a Portugal, Bissao, e Cacheo: quarto: Que o tratado de commercio de 1810 seria annullado.

Lord Castlereagh tendo declarado que não estava authorisado para cancellar o tratado de commercio de 1810, entregou uma nota aos plenipotenciarios portuguezes, na qual propoz, primeiro: pagar immediatamente a Portugal lib. 300,000 pelos prejuizos soffridos por subditos portuguezes na Africa, com tanto que Portugal abolisse immediatamente o seu trafico de escravatura ao norte da linha; e em segundo lugar que os outros pontos em questão, incluindo a remissão do remanescente do emprestimo e o *periodo*

sacion de la restitucion á la Francia de la Guiana (Cayena) Francesa.

Vamos ahora á examinar sucesivamente estas disculpas.

El Sr. Sá da Bandeira admite que en 1810 Portugal "se obligó para con la Inglaterra por tratado á abolir el tráfico de esclavos en todos sus dominios." ¿Será esta una obligacion limitada? Y por ventura fué obligacion cumplida? Aun mas, ¿fué el tráfico de esclavos en realidad abolido, no ya en todos los dominios de Portugal, sino aun en una parte sola de esos dominios? Y no es por el contrario muy bien sabido que en el mismo puerto de Lisboa se ha permitido que se equipen buques para ese mismo tráfico? Ahora si todas estas cuestiones pueden solo ser contestadas desfavorablemente á Portugal, esta parte de la defensa del Visconde de Sá ha de caer forzosamente por tierra.

En cuanto al pago que Portugal recibió para la abolicion de su tráfico de esclavos, S. E. dice que la cantidad efectivamente recibida por Portugal no llegó á 600,000 libras, como se pretendió, pero era algo mas que 400,000 libras esterlinas. Si el Gobierno de S. M. calculó una cantidad mayor que la que efectivamente fué pagada, está pronto á enmendar este error. Suponiendo que la demostracion del Sr. Sá sea conforme, entiende el Gobierno que el pago de 4 á 500,000 libras era suficiente para dar derecho á la Gran Bretaña á exigir el cumplimiento de las condiciones bajo de las cuales fué hecho el dicho pago.

Pero ¿se pagó esta cantidad para la parcial ó para la total abolicion de la esclavitud en Portugal? El mas leve exámen del tratado de 1815 demostrará que fué para la total y no para la parcial abolicion que se dió esa cantidad á Portugal. Por cuanto el preámbulo de ese tratado, asi como el cuarto articulo distintamente contempla y providencia para la general y final abolicion de la esclavitud en Portugal, y habiendo sido estipulado el pago á Portugal en el quinto artículo debe considerarse que es la renumeracion por parte de la Gran Bretaña por las obligaciones Portuguesas arriba referidas.

No queda esta correlacion perjudicada por el hecho de deber efectuarse el pago luego que se publicase la ratificacion del tratado. Por el contrario esta circunstancia demuestra que la Gran Bretaña no consentiría en hacer el pago hasta que Portugal publicando delante del Mundo entero sus obligaciones ratificadas, que lase obligado del modo mas solemne y mas público á la final y completa abolicion de su tráfico de esclavos. Acontecimientos subsiguientes á estos han demostrado en la realidad que la Gran Bretaña habria obrado con mas prudencia en demorar ese pago hasta que las obligaciones de Portugal fuesen plena y puntualmente cumplidas: mas no sienta bien al Gobierno Portugues el volver á hacer objeto de insulto y de censura la confianza mal empleada en la buena fé de Portugal.

Permítase ademas al Gobierno Británico observar que existe cierta apariencia de discrepancia en varios pasages, en esta parte de la nota del Visconde de Sá, desde que al paso que en una de ellas asegura que la cantidad de 4 á 500,000 libras fué pagada á Portugal, en todo caso, en atencion á una abolicion parcial de su comercio de esclavos; en otra combate la idea "de que Portugal pudiese nunca vender su cooperacion á cualquiera otra nacion."

El Visconde de Sá por otro lado apela á las negociaciones de 1815 como prueba de la interpretacion que dá á las obligaciones contraidas por Portugal.

Pero las obligaciones de una nacion deben ser determinadas por sus tratados, y no por las variables disposiciones y respuestas que pudiesen hacerse por cualquiera de las partes en el decurso de las negociaciones que se encaminasen á la celebracion de los mismos tratados, y aunque el Vizconde de Sá tuviese razon interpretando de este modo las negociaciones de 1815, poco habia de valer su argumento, á menos que pudiese deshacer el texto claro é indisputable del tratado que fué posteriormente celebrado.

Mas el gobierno de S. M. ha de seguir al Visconde de Sá en el exámen de las negociaciones á que él se refiere.

Los documentos que el Visconde de Sá especialmente señala, son la nota de 12 de Enero de 1815 de los plenipotenciarios portugueses al Lord Castlereagh, el tratado de 22 de Enero de 1815, y el primer artículo secreto anexo al dicho tratado; y él insiste con particularidad en que este último citado documento muestra que el remanente de las £600,000 fué pagada á Portugal por la Gran Bretaña, en atencion á la restitucion de la Guiana hecha por Portugal á la Francia.

Ahora la historia de esta parte de las referidas negociaciones es la siguiente.

Al principio de las conferencias sobre el tratado de la esclavitud, que tuvieron lugar en el Congreso de Viena, los plenipotenciarios portugueses, en 17 de Noviembre de 1814 entregaron sus propuestas por escrito:—sus ofrecimientos fueron: que Portugal habia de abolir inmediatamente el tráfico al Norte de la Línea, y pasados *ocho años* habia de acabar su tráfico de esclavos en todas partes; con tal que *durante este periodo* de ocho años, los cruceros británicos no impidiesen este tráfico al Sur de la Línea.

Sus correspondientes exigencias eran, primeramente, que una indemnizacion seria concedida por los perjuicios portugueses sufridos en Africa, en consecuencia de las capturas de buques portugueses hechas por los cruceros británicos; y que esta indemnizacion seria objeto de una convencion que deberia preceder al tratado de la abolicion; segundo, que la Gran Bretaña consentiría en perdonar á Portugal el resto de su deuda de £600,000; tercero, que la Gran Bretaña garantiría á Portugal, Bissao y Cacheo; cuarto, que el tratado de comercio de 1810 seria anulado.

El Lord Castlereagh habiendo declarado que no estaba autorizado para cancelar el tratado de comercio de 1810, entregó una nota á los plenipotenciarios portugueses, en la cual propuso, primero: pagar inmediatamente á Portugal £300,000 por los perjuicios sufridos por los súbditos portugueses en Africa, con tal que Portugal aboliese inmediatamente su tráfico de esclavos al Norte de la Línea; y en segundo lugar que los otros puntos en cuestion, incluyendo el remanente del empréstito *y el periodo determinado que Portu-*

determinado que Portugal havia de marcar para a abolição total desse trafico ficaria para ser subsquentemente discutido.

Porem os plenipotenciarios portuguezes exigiam pela abolição ao norte da linha mesmo, não só o immediato pagamento proposto de 300,000 lib. como tambem á remissão do remanescente do emprestimo das 600,000 lib., e alem disto a abolição do tratado da alliança de 1810, e valeram-se dessa occasião para fazer objecções sobre a cessão da Guiana á França dando evidentemente a intender, como observou lord Castlereagh, que habiam de ceder esse territorio para estabelecer novas exigencias tanto da França como da Inglaterra, e de facto essas exigencias foram depois incorporadas na nota a que se refere o Sr. Sá da Bandeira.

Porem os plenipotenciarios portuguezes na sua nota de 12 de janeiro de 1815 pedem as lib. 300,000 como compensação dos prejuizos anteriormente soffridos, e por esta razão se opunham a que fossem incluidas no mesmo tratado que devia declarar os principios da futura abolição.

O governo britannico mui dezejoso de fazer todos os sacrificios possiveis para alcançar este objecto, não duvidou em consentir na annulação do tratado da alliança de 1810, e de pagar as lib. 300,000 pelos prejuizos soffridos antes de 1815, assim como consentiu a pedido dos plenipotenciarios portuguezes, que o pagamento das lib. 300,000 não ficasse incluido no tratado que havia de conter a base da abolição geral e a final, posto que a remissão da divida de lib. 600,000 estava incluida no mesmo tratado. Disso parece evidente que as lib. 300,000 não foram o preço da futura e total abolição, mas sim o era a remissão do existente balanço das lib. 600,000

Em consequencia do que a Grà Bretanha concluiu em 1815 um contracto com Portugal, e pelo qual attendendo a regulamentos que se haviam de fazer da parte de Portugal para a suppressão da escravatura, a Grà Bretanha foi de acordo em pagar lib. 300,000 a Portugal, para serem pelo governo portuguez destribuidas em pagamento de reclamações por prezas feitas pelos crusadores britannicos antes do 1. ° de junho de 1814.

No seguinte dia, a saber, no 22 de janeiro de 1815—a Grà Bretanha concluiu um tratado com Portugal, pelo qual este, depois de se recapitular as suas obrigações no preambulo, se obrigava "a cooperar com a Grà Bretanha, na causa da humanidade, e justiça, adoptando *os meios mais efficazes* para o fim de alcançar a abolição gradual do trafico da escravatura;" (isto é a total e geral abolição deste trafico); que o seu trafico de escravatura seria immediatamente abolido ao norte do equador; e se obrigou a que o trafico da escravatura ao sul do equador, seria de então em diante limitado ao unico fim de supprir as possessões transatlanticas de Portugal; e obrigou-se positivamente "a determinar por meio de um tratado separado com a Grà Bretanha, o periodo em que o trafico de escravatura portugueza havia de cessar inteiramente e ficar totalmente prohibido em todos os dominios de Portugal.

A Gra Bretanha pela sua parte, e em recompensa destas obrigações, consentia em annular o tratado da alliança de 1810, e em remeter para Portugal o remanescente do emprestimo de 600,000 lib., prometendo que, durante o futuro periodo em que o trafico da escravatura habia de ser permetido fazer-se pelas leis de Portugal, e debaixo dos tratados existentes entre as duas coroas, o governo britannico daria tres ordens aos cruseiros britannicos que obstariam o elles interromperem os navios portuguezes, que se armassem para o trafico da escravatura ao sul da linha, *para os actuaes dominios da coroa de Portugal*, ou para os territorios de Africa, reclamados pelo dito tratado de alliança como pertencentes á coroa de Portugal.

Tres artigos secretos foram annexos á este tratado. Pelo primeiro, Portugal se obrigava a restituir effectivamente a Guiana franceza á França; e quando por outro lado a Grà Bretanha se obrigava a ser mediadora para se effectuar um favoravel arranjo acerca dos limites das fronteiras Portuguezas no lado da Guayana. Este artigo foi quasi uma copia do decimo artigo do tratado de Paris.

O segundo artigo secreto confirmava uma estipulação no tratado da alliança de 1810 para Portugal não estabelecer a inquisiçao no Brasil; e o terceiro artigo secreto declarava que a Grà Bretanha concederia compensaçoes por qualquer navio portuguez que então podesse ter sido detido illegalmente por crusadores britannicos depois da data do 1. ° de junho de 1814, ou que o viesse a ser de então em diante, antes da época em que o tráfico ao norte da linha fosse abolido em conformidade do tratado.

Estes artigos secretos, portanto, não corroboram de maneira alguma a declaraçao do sr. Sá da Bandeira, que diz conterem uma estipulação para que o remanescente do emprestimo seja perdoado pela Grà Bretanha, em attenção da restituição á *França da Guiana franceza.*

Os artigos secretos menção nenhuma fazem da remissão de saldo das 600,000 lb., porem fallam na restituição da Guiena franceza por Portugal, pela qual não se declara outra recompensa pela parte da Grà Bretanha, salvo a promessa de que a Grà Bretanha se prestaria com a sua mediação, em conformidade das providencias do 10.° artigo do tratado de Paris para obter um ajuste favoravel da disputa entre Portugal e França, sobre os seus communs limites na Guiana.

Porem o seguimento da negociação não parou inteiramente aqui. Porque, em quanto os plenipotenciarios das outras potencias reunidos em congresso tinham de boa vontade e sem vista de interesse algum accordado em abolir o seu trafico de escravatura dentro em 5 annos, Portugal procuro, em vão de vender, pelo preço da abrogação do seu tratado de commercio com a Inglaterra, o seu consentimento para abolir a sua escravatura no termo de oito annos.

Na conclusão do congresso, os plenipotenciarios portuguezes, recciosos, de que a sua admissão condicional de uma abolição final no termo de oito annos, podesse ser mal interpretada em alguma cousa que não fosse uma negociação proposta, reproduciram a sua condição de venda; e pediram que o plenipotenciario britannico lhes deixasse por escripto um documento "que os pozesse acoberto da responsabilidade" dando a

gal habia de marcar para la abolicion total quedaria para discutirse posteriormente.

Pero los plenipotenciarios portugueses exigian por la abolicion aun al Norte de la Linea, no solo el inmediato pago propuesto de £300,000, sino tambien la remision del remanente del empréstito de las £600,000, y ademas de esto la abolicion del tratado de alianza de 1810, y se valieron de esta ocasion para hacer objecciones sobre la cesion de la Guiana á la Francia, dando evidentemente á entender, como observó el Lord Castlereagh que habian de ceder este territorio para establecer nuevas exigencias tanto de la Francia como de Inglaterra, y en efecto estas exigencias fueron despues incorporadas en la nota á que se refiere el Sr. Sá da Bandeira.

Pero los plenipotenciarios portugueses en su nota de 12 de Enero de 1815 piden £300,000 como compensacion de los perjuicios anteriormente sufridos, y por esta razon se oponian á que fuesen incluidas en el mismo tratado que debia declarar los principios de la futura abolicion.

El gobierno británico muy deseoso de hacer todos los sacrificios posibles para conseguir este objeto, no trepidó en consentir en la anulacion del tratado de alianza de 1810, y en pagar las £300,000 por los perjuicios sufridos antes de 1815, así como consintió, á ruego de los plenipotenciarios portugueses, en que el pago de las £300,000 no quedase incluido en el tratado que habia de contener la basa de la abolicion general y final, pues que la remision de la deuda de £600,000 estaba incluida en el mismo tratado.— De aqui parece evidente que las £300,000 no fueron el precio de la futura y total abolicion, mas sí lo era la remision del existente balance de las £600,000.

En consecuencia, la Gran Bretaña celebró en 1815 un convenio con Portugal, por el cual, atendiendo á reglamentos que se habian de hacer de parte de Portugal para la supresion de la esclavitud, la Gran Bretaña se conformó á pagar £300,000 á Portugal para ser distribuidas por el Gobierno portugues en pago de reclamaciones por presas hechas por los cruceros británicos antes del 1. ° de Junio de 1814.

Al siguiente dia, á saber, el 22 de Enero de 1815, la Gran Bretaña celebró un tratado con Portugal, por el cual este despues de recapitularse sus obligaciones en el preámbulo, se comprometia "á cooperar con la Gran Bretaña en la causa de la humanidad y justicia, adoptando *los medios mas eficaces* con el fin de conseguir la abolicion gradual del tráfico de esclavos"; (esto es, la total y general abolicion de este tráfico); que su tráfico de esclavos seria inmediatamente abolido al Norte del Ecuador; y se obligó á que el tráfico de esclavos al Sud del Ecuador, sería de allí en adelante limitado al único fin de proveer á las posesiones transatlánticas de Portugal; y se obligó positivamente "á determinar por medio de un tratado separado con la Gran Bretaña, el periodo en que el tráfico de esclavos portugues habia de cesar enteramente y quedar totalmente prohibido en todos los dominios de Portugal.

La Gran Bretaña por su parte, y en recompensa de estas obligaciones, consentia en anular el tratado de alianza de 1810, y en remitir á Portugal el remanente del empréstito de £600,000, prometiendo que durante el futuro periodo en que el tráfico de esclavos habia de ser permitido por las Leyes de Portugal, y bajo los tratados existentes entre las dos coronas, el Gobierno Británico daria tales órdenes á los cruceros británicos que impedirian que ellos interrumpiesen á los buques portugueses que se armasen para el tráfico de esclavos al Sud de la línea, *para los actuales dominios de la corona de Portugal*, ó para los territorios de Africa, reclamados por el dicho tratado de alianza como pertenecientes á la corona de Portugal.

Tres articulos secretos fueron anexos á este tratado. Por el primero, Portugal se obligaba á restituir efectivamente la Guiana francesa á la Francia, mientras que por la otra parte la Gran Bretaña se obligaba á ser mediadora para efectuar un arreglo favorable acerca de los límites de las fronteras Portuguesas por el lado de la Guyana. Este artículo fué casi una copia del décimo artículo del tratado de París.

El segundo artículo secreto confirmaba una estipulacion en el tratado de alianza de 1810 para que no estableciese Portugal la inquisicion en el Brasil; y el tercer artículo secreto declaraba que la Gran Bretaña concedería compensaciones por cualquier buque portugues que entonces pudiese haber sido detenido ilegalmente por cruceros británicos despues de la fecha del 1.° de Junio de 1814, ó que lo llegase á ser de allí en adelante, antes de la época en que el tráfico al Norte de la Línea fuese abolido en conformidad del tratado.

Estos artículos secretos, por lo tanto, no corroboran de manera alguna la declaracion del Sr. Sá da Bandeira, que dice que contenian una estipulacion para que el remanente del empréstito fuese perdonado por la Gran Bretaña, en atencion á la restitucion á la *Francia de la Guiana Francesa.*

Los artículos secretos no hacen ninguna mencion de la remision del saldo de las £600,000 pero hablan de la restitucion de la Guiana francesa por Portugal, por la cual no se declara otra recompensa por parte de la Gran Bretaña, sino la promesa de que la Gran Bretaña se prestaria con su mediacion, en conformidad de las providencias del décimo artículo del tratado de París, para obtener un ajuste favorable de la disputa entre Portugal y Francia, sobre sus comunes límites en la Guiana.

Pero la secuela de la negociacion no paró enteramente aquí. Porque, mientras que los plenipotenciarios de las otras potencias reunidos en Congreso habian de buena voluntad y sin mira de interes alguno convenido en abolir sus tráficos de esclavos en cinco años, Portugal procuró en vano vender, por el precio de la abrogacion de su tratado de comercio con Inglaterra, su consentimiento para abolir su tráfico de esclavos en el término de 8 años.

A la conclusion del Congreso, los plenipotenciarios portugueses, recelosos de que su admision condicional de una abolicion final en el término de ocho años, pudiese ser mal interpretada en alguna cosa que no fuese una negociacion propuesta, reprodujeron su condicion de venta; y pidieron que el Ministro británico les dejase por escrito un documento "que los pusiese á cubierto de la responsabilidad," dando á entender que no fueron

entender que nao foram mais generosos nos seus offerecimentos do que os autorisavam as suas instrucções.

O plenipotenciario britannico intendeu, ter já feito bastantes sacrificios pecuniarios como preço das obrigaçoes contrahidas por Portugal para abolir enteiramente, e no entretanto restringir ó seu trafico de escravatura; e conseguintemente dirigiu uma nota aos plenipotenciarios portuguezes, accusando a recepção da sua ultima communicação; porem ao mesmo tempo declarando a determinação do governo britannico de conservar "inteiramente desligado de quaesquer condicções" o caminho que aquelle governo julgasse necessario seguir com o fim de accelerar a abolição da escravatura.

O Visconde de Sá, affastando-se por um instante do objecto particular ao qual a sua nota se refere mais immediatamente, salta para mais vasto campo, e discutindo as mutuas vantagens— que a Grã Bretanha, e Portugal derivan da sua alliança, avança o parecer de que o balanço do beneficio foi a favor de Inglaterra; mostran o que a ruina e a desolução causada a Portugal pela invasao dos francezes, assim como as despesas feitas por Portugal na sua defesa, não foram por modo algum compensadas pelos subsidios que lhe foram concedidos pela Inglaterra; quando por outro lado a Grã Bretanha em primeiro lugar defendeu com bom exito a sua propria independencia no territorio de Portugal, e depois por meio de tratados com Portugal, obteve tanto no Brasil como mesmo em Portugal vantagens commerciaes e outras de grande beneficio para a Inglaterra, posto que de ruina nas suas consequencias para Portugal.

Ora acerca dos objectos ultimamente mencionados, o governo de Sua Magestade tem a observar, que a abertura dos portos do Brasil ao commercio britannico foi uma medida productiva de mutuo e igual beneficio para ambos os paizes e que a permissão de comprar madeiras no Brasil, e construir navios de guerra nos portos do Brasil, foi uma permissão que nada vale á Inglaterra e que a Inglaterra de boa vontade cedeu; porem se a Grã Bretanha se quizesse ter aproveitado della, nada teria perdido Portugal com isto porque a Grã Bretanha havia de pagar o inteiro valor tanto das madeiras como de qualquer outro artigo que tinha por este modo a liberdade de comprar. Em quanto ao tratado de commercio de 1810 deve se observar, que se na realidade este tratado era realmente prejudicial a Portugal é para estranhar e se não pode dar rasão alguma para Portugal deixar decorrer 10 annos desde o tempo em que, segundo as estipulaçoes do mesmo tratado, tinha adquirido o direito de o acabar, e que durante os mesmos dez annos nunca se aproveitasse desse direito; quando por outro lado, a Grã Bretanha já no anno de 1815 manifestou a sua promptidão em reformar esse tratado.

Como o visconde de Sá alludiu aos artigos secretos do tratado de alliança de 1810, cumpre ao governo britannico dizer que esses artigos secretos eram inteiramente a favor de Portugal e que a asserção do Sr. de Sá da Bandeira, de que Portugal havia por meio delles cedido á Grã Bretanha as "interessantes" colonias de Bissao e Cacheo não fica comprovada pelo facto.

Porque, o que continham aquelles dois artigos secretos? No primeiro foi estipulado que a Grã Bretanha havia de ser mediadora com as potencias barberescas em favor de Portugal: a segunda; que se a Grã Bretanha fosse bem succedida em obter para Portugal a restituição de Olivença, e Jurumenha, e em estabelecer para Portugal os antigos lemites da Guyana em conformidade com o tratado de Utrech, então, e nesse caso, Portugal havia de abolir inteira e rigorosamente prohibir a trafico da escravatura em Bissáo e Cacheo, e alem disso mediante uma recompensa rasoavel ou em dinheiro, ou de outra forma, havia de ceder os destas colonias Bissáo e Cacheo, por 50 annos á Grã Bretanha com a condição porem, de que as ditas colonias havião de reverter para a corôa de Portugal no fim dos ditos 50 annos; porem sem poder algum por parte de Portugal para fazer nellas o trafico da escravatura. Este artigo secreto porem, nunca chegou á execução; e as colonias de Bissáo e Cacheo continuaram em poder da coroa de Portugal, e mereceram serem appellidadas "*interessantes*" *sómente como é interessante á causa da humanidade que cessassem de ser, como são agora*, os notorios escondrijos dos traficantes de escravos.

A exposição acima mostra que Portugal tem procurado por todos os modos trocar a dinheiro e por outros valores a sua cooperação em suprimir a sua escravatura; que vendeu absolutamente a sua immediata suppressão no norte da linha, com a positiva obrigação de determinar por tratado um periodo para a inteira e final abolição do mesmo em todas as outras partes, pela quantia de 300,000 lb. dinheiro contado, pela remissão de uma divida de mais de 400,000 lb. fazendo tudo para cima de lb. 700,000, assim como pela abrogação do tratado de alliança de 1810.

Depois de expor estes factos extrahidos das recordações citadas pelo Sr. Sá da Bandeira poder-se-ha, por ventura dizer de boa fé que as quantias pagas pela Inglaterra não subião á lb. 600,000? que a somma paga foi só de 400,000 lb. remanescente da divida de 600,000 lb? Que esta somma foi em compensação da parcial, e não da final abolição, e que incluia tambem uma remuneração pela sessão de Guiana; e que Portugal nunca vendeu a sua cooperação pela futura abolição total da escravatura?

O governo de S. M. Britannica não tem duvida alguma em submeter ao juizo da nação portugueza, a tentativa feita pela nota do Sr. Sá da Bandeira de diminuir o valor da antiga alliança entre as coroas da Grã Bretanha e Portugal durante a luta de Portugal contra a França.

O governo de S. M. britannica fica satisfeito com deixar ás paginas da historia lembrar os auxilios e protecção de toda a especie prestado a Portugal pela Grã Bretanha desde 1807, até o fim da guerra; a conservação das colonias portuguezas; a salvação da familia real a mudança della para o Brasil, e a libertação do mesmo Portugal dos seus invasores, que os portuguezes por si sós nunca habião do poder expellir. Que a Inglaterra tinha grande e proprio interesses em alcançar esses resultados, pessoa ninhuma que tenha raciocinio ha de negar, por quanto se tal interesse não existisse, a nação britannica nunca havia de consentir que se gastasse para estes fins as avultadas

mas generosos en sus ofrecimientos que lo que los autorizaban sus instrucciones.

El plenipotenciario británico consideró haber ya hecho bastantes sacrificios pecuniarios como precio de las obligaciones contraidas por Portugal para abolir enteramente, y en el entretanto restringir su tráfico de esclavos; y consiguientemente dirigió una nota á los plenipotenciarios portugueses, acusando recibo de su última comunicacion; pero al mismo tiempo declarando la determinacion del gobierno británico de conservar "enteramente desligado de cualesquiera condiciones" el camino que aquel gobierno juzgase necesario seguir con el fin de acelerar la abolicion de la esclavitud.

El Visconde de Sá, alejándose por un instante del objeto particular al cual su nota se refiere mas inmediatamente, salta á un campo mas vasto, y discutiendo las mutuas ventajas; que la Gran Bretaña y Portugal derivan de su alianza; manifiesta el dictámen de que la balanza del beneficio se inclinó á favor de la Inglaterra; mostrando que la ruina y la desolacion causada á Portugal por la invasion de los franceses, asi como los gastos hechos por Portugal en su defensa, no fueron en modo alguno compensados por los subsidios que le fueron concedidos por la Inglaterra; mientras que por otro lado la Gran Bretaña en primer lugar defendió con buen éxito su propia independencia en el territorio de Portugal, y despues por medio de tratados con Portugal, obtuvo tanto en el Brasil como aun en Portugal ventajas comerciales y otras de gran beneficio para la Inglaterra; aunque de ruina en consecuencias para Portugal.

Ahora acerca de los objetos ultimamente mencionados, el gobierno de S. M. tiene que observar; que la apertura de los puertos del Brasil al comercio británico fué una medida productiva de mutuo é igual beneficio para ambos paises, y que el permiso de comprar maderas en el Brasil, y construir buques de guerra en el Brasil, fué un permiso que nada valia á la Inglaterra y que la Inglaterra de buena voluntad cedió; pero si la Gran Bretaña hubiese querido aprovecharse de él, nada habria perdido Portugal con esto, porque la Gran Bretaña habia de pagar el entero valor tanto de las maderas como de cualquier otro artículo que tenia por este modo la libertad de comprar. En cuanto al tratado de comercio de 1810 se debe observar, que si en la realidad este tratado era perjudicial á Portugal, es de estrañar y no se puede dar razon alguna porque Portugal dejase transcursar 10 años desde el tiempo en que, segun las estipulaciones del mismo tratado, habia adquirido el derecho de terminarlo, y que durante los mismos 10 años nunca se aprovechase de este derecho; cuando, por otra parte, la Gran Bretaña ya en el año de 1815 manifestó su disposicion á reformar este tratado.

Como el Visconde de Sá aludió á los artículos secretos del tratado de alianza de 1810, incumbe al gobierno británico decir que estos artículos secretos eran enteramente á favor de Portugal, y que el asunto del Sr. de Sá da Bandeira, de que Portugal habia por medio de ellos cedido á la Gran Bretaña las "interessantes" colonias de Bissao y Cacheo, no queda comprobado por el hecho.

Porque, ¿qué contenian aquellos dos artículos secretos? En el primero fué estipulado que la Gran Bretaña habia de ser mediadora con las potencias berberiscas en favor de Portugal; y en el segundo, que si la Gran Bretaña lograse á obtener para Portugal la restitucion de Olivenza y Jdrimeña, y establecer para Portugal los antiguos limites de la Guyana en conformidad con el tratado de Utreque, entonces, y en este caso, Portugal habia de abolir entera y rigorosamente prohibir el tráfico de esclavos en Bissao y Cacheo, y ademas mediante una recompensa razonable ó en dinero ó de otra forma habia de ceder los de estas colonias Bissao y Cacheo por 50 años á la Gran Bretaña, con la condicion empero, de que las dichas colonias habian de restituirse á la corona de Portugal al cabo de los dichos 50 años; mas, sin poder alguno por parte de Portugal para hacer en ellas el tráfico de esclavos. Este artículo secreto, empero, nunca llegó á ejecutarse; y las colonias de Bissao y Cacheo continuaron en poder de la corona de Portugal; y merecieron ser apellidados "*interesantes*" *tan solo por ser interesante á la causa de la humanidad que cesasen de ser; como son ahora*; los notorios escondrijos de los traficantes de esclavos.

La exposicion anterior muestra que Portugal ha procurado por todos los medios cambiar por dinero y por otros valores su cooperacion en suprimir su trafico de esclavos; que vendió absolutamente su inmediata supresion al Norte de la Linea con la positiva obligacion de determinar por tratado un periodo para la entera y final abolicion del mismo en toda otra parte, por la cantidad de £300.000 en dinero al contado, por la remision de una deuda de mas de £400,000, haciendo todo mas de £700,000, asi como por la abrogacion del tratado de alianza de 1810.

Despues de exponer estos hechos extraidos de las recordaciones citadas por el Sr. Sá da Bandeira, ¿se podrà, por ventura, decir de buena fé que las cantidades pagadas por la Inglaterra no subian á £600,000? que la suma pagada fué solo de £400,000 remanente de la deuda de £600,000? Que esta suma fué en compensacion de la parcial y no de la final abolicion, y que incluia tambien una remuneracion por la cesion de Guiana; y que Portugal nunca vendió su cooperacion á la futura abolicion total de la esclavitud?

El Gobierno de S. M. B. no tiene hesitacion alguna en someter al juicio de la nacion portuguesa, la tentativa hecha por la nota del Sr. Sá da Bandeira de disminuir el valor de la antigua alianza entre las coronas de la Gran Bretaña y Portugal durante la lucha de Portugal contra la Francia.

El Gobierno de S. M. B. queda satisfecho con dejar á las páginas de la historia recordar los auxilios y proteccion de toda especie prestados á Portugal por la Gran Bretaña desde 1807 hasta el fin de la guerra; la conservacion de las colonias portuguesas, la salvacion de la familia real, la mudanza de ella al Brasil, y el libramiento del mismo Portugal de sus invasores, que los Portugueses por sí solos nunca habian de poder expeler. Que la Inglaterra tenia grande y propio interes en conseguir estos resultados, nadie que tenga raciocinio ha de negar, por cuanto si tal interés no existiese, la nacion británica nunca habia le consentir que se gastasen para estos fines las ingen-

sommas de dinheiro que custaram ás forças britannicas tanto de mar como de terra; empregadas em auxilio de Portugal, alem da quantia de nove milhões de lib. est. com que a Grã Bretanha contribuiu em forma de subsidio, para os gastos do mesmo Portugal.

Porem a historia ha de tambem declarar, que a nação britannica nas suas transacções com Portugal não se limitou aos calculos apaticos da politica, nem limitou os seus sacrificios pecuniarios á somma necessaria para o feliz termo da guerra e alcançar os objectos politicos que se esperavam obter pela expulsão dos então inimigos da Grã Bretanha do territorio de Portugal. A nação britannica, por sua conducta então, nobremente contradice a imputação que *nestes ultimos tempos lhe foi cabilosamente applicada por certo partido em Portugal* de que o desejo que a Inglaterra nutre de manter as suas relações com Portugal é fundado em motivos sordidos e de egoismo; por quanto chegaram a tanto os desenteressados sentimentos de sympathia, excitados em Inglaterra pelas calamidades cauzadas a nação portugueza pela invasão dos francezes; que não só o parlamento votou uma grande somma de dinheiro para ser applicada em soccorro dos que soffreram em Portugal, como tambien a Nação ingleza juntou por meio de subscripções para cima de lib. 100,000 para o mesmo benefico fim e os agradecimentos de Portugal pelo generoso soccorro assim prestado pela Inglaterra ao seu infeliz povo foram em alta voz, unanime e honrosamente proclamados, *assim como a sincera gratidão expressada naquella epoca offerece um relevante contraste com as calumniosas censuras contra a Inglaterra, que nestes ultimos tempos fes conta de espalhar industriosamente para os fins politicos de um piqueno parti em Portugal.* E a este respeito o governo britannico toma a liberdade de citar a conclusão do relatoris feito pela commissão nomeada para destribuir o dito soccorro, e que se compunha de dois subditos britannicos e dois portuguezes destintos. A comissão acaba o seu relatorio pelas seguintes frases: "Os sentimentos com que foi recebida esta dadiva, as provas de gratidão patenteadas nos actos solemnes de agradecimentos, e pelas mais sinceras expressões de reconhecimento individual provam que a Grã Bretanha *não tem prestado soccorro a um povo ingrato*, mas antes a sua generosidade tem firmado mais e mais os indossoluveis laços que unem as duas nações."

Muitas circumstancias que tem sobrevindo nestes tres ultimos annos poderião muito bem authorisar o governo de S. M. a duvidar do quanto esta commissão avançou na opinão manifestada pelas palavras sublinhadas.

Porem o governo britannico sabe fazer á divida distincção entre á virulencia de individuos e o sentimentos do povo em geral, e não ha de imputar a toda a nação portugueza o ter parte na linguagem e conducta de *uns poucos de homens* a quem as circumstancias do acaso tem por um momento grangeado a influencia ou o poder.

Estes topicos, são na verdade estranhos ao objecto da presente discussão. Foi porem a nota do Visconde de Sá quem abriu caminho a esta divagação.

O Sr. Sá da Bandeira comtudo, voltando para ó assumpto se refere aos decretos de 10 de dezembro de 1836 e 16 de Janeiro de 1837 para servirem de prova das intençoes de Portugal de suprimir a escravatura em todos os seus dominios. Aponta as ordens peremptorias dirigidas ás auctoridades portuguezas, em abono de esas intençoes. Assevera, que Portugal nuca recusou de assignar um tratado para a completa abolição deste trafico. Diz que Portugal somente pedia e com toda a justiça, que alem da garantia para os dominios portuguezes na Africa, houvessem condições estipuladas, iguaes ás que a Grã Bretanha concordou tanto com França, como com outras potencias, especialmente, uma estipulação para que os navios detidos, não fossem julgados por comissarios mixtos; destes pontos deduz; que a demora de se concluir o tratado não deve ser imputada a Portugal; pois fez tudo quanto lhe cumpria fazer a este respeito, e ainda mais.— Em consequencia a Grã Bretanha não tem direito pera citar á total abolição da escravatura pela lei, e a total separação das anteriores possesões transatlanticas de Portugal da corôa portugueza como producentes de um estado de cousas que justifiquem a Grã Bretanha pelos tratados de 1810 e 1815 a tomar medidas para se entremetter com o commercio da escravatura portugueza ao sul do equador.

Este é o modo de argumentar do Sr. Sá da Bandeira: e S. Ex. apoia todas as suas rasões contra a justiça das medidas, que elle supplica da Grã Bretanha; insestindo na estipulação do artigo adicional da convenção de 1817 ainda não levada a effeito; e que quando a abolição tiver lugar em Portugal então os dois governos "adoptarão, segundo o estado das circumstancias, as estipulações do contrato."

A breve resposta que este argumento pede, é; que o governo portuguez recusa applicar ao actual estado de cousas, isto é, applicar ao prohibido e illegal trafico de escravatura de Portugal do sul da linha, as estipulações da convenção de 1817; porem o abaixo assignado tem ordens para declarar mais, que o governo de S. M. tem dois motivos de queixa contra o governo de Portugal.

O primeiro é que Portugal não cumpre fielmente as estipulacões por elle já contratadas, e a segunda, que deixa de contratar as ulteriores estipulacões que se obrigou a adoptar, por tratado.

A conclusão que a Grã Bretanha tira disto é, que tem o direito, e é constragida a recorrer aos meios que têm para alcançar os resultados que tem direito á obter.

Pelo 10.º artigo do tratado da alliança de 1810 Portugal "inteiramente convencido da injustiça, o erro de continuar o trafico da escravatura" se obrigou "a cooperar com a Grã Bretanha" na causa da humanidade e da justiça, a adoptar os meios mais efficases para consiguir o abolição gradual do trafico da escravatura em todos os seus dominios, e mesmo então obrigou-se a impedir este trafico em toda a parte da Africa, que não fosse incluida nas suas possesões, em que as outras potencias o tivessem já abandonado, convencionado o modelar as suas leis sobre trafico de escravatura quanto lhe foi possivel, ás leis da da Grã Bretanha. Pelos 3 e 4 artigos do trata-

tes sumas de dinero que costaron las fuerzas británicas tanto de mar como de tierra, empleadas en auxilio de Portugal, ademas de la cantidad de nueve millones de libras esterlinas con que la Gran Bretaña contribuyó en forma de subsidio á los gastos del mismo Portugal.

Pero la historia ha de declarar tambien, que la nacion británica en sus transaciones con Portugal no se limitó á los cálculos apáticos de la política, ni limitó sus sacrificios pecuniarios á la suma necesaria para la feliz terminacion de la guerra y para lograr los objetos políticos que se esperaban obtener por la espulsion de los entonces enemigos de la Gran Bretaña del territorio de Portugal. La nacion británica, por su conducta entonces, noblemente desmiente la imputacion que *en estos últimos tiempos le fué cavilosamente aplicada por cierto partido en Portugal*, de que el deseo que la Inglaterra abriga de mantener sus relaciones con Portugal es fundado con motivos sordidos y de egoismo; por cuanto llegaron á tanto los desinteresados sentimientos de simpatia excitados en Inglaterra por las calamidades causadas á la nacion portuguesa por la invasion de los franceses, que no solo el Parlamento votó una grande suma de dinero para ser aplicada en socorro de los que sufrieron en Portugal, sino tambien la nacion inglesa juntó por medio de subscripcion mas de £100,000 para el mismo benéfico fin, y los agradecimientos de Portugal por el generoso socorro asi prestado por la Inglaterra á su infeliz pueblo fueron en alta voz, unánime y honrosamente proclamados, *asi como la sincera gratitud expresada en aquella época ofrece un relevante contraste con las calumniosas censuras contra la Inglaterra, que en estos últimos tiempos hubo tanto empeño en esparcir para los fines politicos de un pequeño partido en Portugal.* Y á este respecto el gobierno británico se tomó la libertad de citar la conclusion del informe dado por la Comision nombrada para distribuir el dicho socorro, y que se componia de dos súbditos britanicos y dos portugueses distinguidos. La Comision termina su informe con las siguientes frases: "Los sentimientos con que fué recibida esta dádiva, las pruebas de gratitud patentizadas en los actos solemnes de agradecimiento, y por las mas sinceras expresiones de reconocimiento individual, prueban que la Gran Bretaña *no há prestado socorro á un pueblo ingrato*, sino que su generosidad ha robustecido mas y mas los indisolubles lazos que unen las dos naciones."

Muchas circunstancias que han sobrevenido en estos últimos años pudieran muy bien autorizar al gobierno á dudar de cuanto esta comision sentó en la opinion manifestada por las palabras subrayadas:

Pero el gobierno británico sabe hacer la debida distincion entre la verulencia de individuos y los sentimientos del pueblo en general, y no ha de imputar á toda la nacion portuguesa el tener parte en el lenguaje y conducta de *unos pocos hombres* á quienes circunstancias casuales han grangeado por un momento la influencia ó el poder.

Estos tópicos, son á la verdad extraños al objeto de la presente discusion. Pero fué la nota del Visconde de Sá la que abrió camino á esta digresion.

El Sr. Sá da Bandeira, con todo, volviendo al asunto se refiere á los decretos de 10 de Diciembre de 1836 y 16 de Enero de 1837 para servir de prueba de las intenciones de Portugal de suprimir la esclavitud en todos sus dominios.— hace mérito de las órdenes perentorias dirigidas á las autoridades portuguesas, en abono de estas intenciones: Asegura que Portugal nunca rehusó firmar un tratado para la completa abolicion de este tráfico. Dice que Portugal solamente pedia, y con toda justicia, que ademas de la garantía para los dominios portugueses en Africa, hubiese condiciones estipuladas, iguales á las que la Gran Bretaña concordó tanto con Francia como con otras potencias, especialmente una estipulacion para que los buques detenidos no fuesen juzgados por comisarios mixtos; de estos puntos deduce que la demora en celebrarse el tratado no debe imputarse á Portugal; pues que hizo cuanto le incumbia hacer, y aun mas. En consecuencia la Gran Bretaña no tiene derecho para citar la total abolicion de la esclavitud por la ley, y la total separacion de las anteriores posesiones transatlanticas de Portugal de la corona portuguesa como producente de un estado de cosas que justifique la Gran Bretaña por los tratados de 1810 y 1815 á tomar medidas para entrometerse con el comercio de esclavos portugueses al Sud del ecuador.

Este es el modo de argüir del Sr. Sá da Bandeira: y S. E. apoya todas sus razones contra la justicia de las medidas que él suplica de la Gran Bretaña; insistiendo en la estipulacion del artículo adicional de la convencion de 1817 aún no llevada á efecto; y que cuando la abolicion tuviere lugar en Portugal, entonces los dos gobiernos "adoptarán segun el estado de las circunstancias, las estipulaciones del contrato."

La breve respuesta que este argumento pide es, que el gobierno portugues rehusa aplicar al actual estado de cosas, esto es, aplicar al prohibido é ilegal trafico de esclavos de Portugal del Sud de la Linea, las estipulaciones de la convencion de 1817; pero el infraescrito tiene órden para declarar mas, que el Gobierno de S. M. tiene dos motivos de queja contra el Gobierno de Portugal.

El primero es que Portugal no cumple fielmente las estipulaciones ya pactadas por él, y el segundo, que deja de pactar las ulteriores estipulaciones que se obligó á adoptar, por tratado.

La deduccion que la Gran Bretaña saca de esto es, que tiene el derecho, y es constreñida á recurrir á los medios que tiene para conseguir los resultados que tiene derecho á obtener.

Por el 10.º artículo del tratado de alianza de 1810, Portugal "enteramente convencido de la injusticia y error de continuar el tráfico de esclavos" se obligó "á cooperar con la Gran Bretaña" en la causa de humanidad y de la justicia, á adoptar los medios mas eficaces para conseguir la abolicion gradual del tráfico de esclavos en todos sus dominios, y aun entonces se obligó á impedir este tráfico en todas las partes de Africa que no fuesen incluidas en sus posesiones en que las otras potencias lo hubiesen ya abandonado, conviniendo en modelar sus leyes sobre tráfico de esclavos cuanto le fuese posible, á las leyes de la Gran Bretaña. Por los artículos 1°

do de 22 de j neiro de 1815. Portugal prometteu "determinar por un tratado separado o periodo em que este trafico havia de cessar em toda a parte, e de ser prohibido na totalidade dos dominios de Portugal;" e obrigou-se durante esse intervallo a não entrar nelle nem permittir que se faça uso da sua bandeira para negocios de escravatura debaixo de qualquer pretexto, ou por forma alguma salvo no seu commercio de exportação da Africa para o sul da linha, e no da importação para o fornecimento das suas possessões transantlanticas.

Por outro lado, a Grã Bretanha convencionou pelo segundo artigo do tractado de 22 de janeiro de 1815, que uma vez que Portugal cumprisse fielmente esse tractado "segundo a sua verdadeira significação e sentido" a Grã Bretanha não interromperia por forma alguma os navios portuguezes que fossem procurar escravos aos territorios portuguezes, possuidos, ou reclamades na Africa ao sul da linha" durante a prolongação do periodo em que isto fosse permittido pelas leis de Portugal e conforme os tractados existentes entre as duas coroas.

Ora, em primeiro logar. Portugal nunca "cumprio fielmente o tractado de 1815, conforme o seu sentido e significação; porem tem abertamente desde quando esse artigo foi assignado, até o dia de hoje, deixado de cumprir esse tratado, pelo que pertenece a cooperação da sua parte, e o tem deixado sem efeito, salvo somente pelo que diz respeito á estipulação, pela cual o saldo das lib. 600,000 havia de ser perdoado; e só por este motivo de Portugal não lhe dar execução, a Grã Bretanha tem direito a exigir de ficar absolvida da sua obrigação de não interromper o trafico da escravatura de Portugal ao sul da linha.

Porem, em segundo logar, Portugal não tem já possessões transatlanticas, e por consequencia o trafico não é já permittido aos seus subditos pelo tratado, visto ter sido restringido pelo mesmo tratade ao fornecimento dessas possessões. Em terceiro logar ó decreto portuguez de 10 de dezembro de 1836 constituio este trafico perfeitamente illegal em conformidade das leis de Portugal. Por consequencia esse trafico é hoje uma violação tanto da lei como do tratado; por tanto, supposto mesmo que Portugal tivesse cumprido á risca as obrigações que tomou sobre si pelo tratado de 1815, chegou o tempo, em que pelas condições do mesmo tratado fica a Grã Bretanha absolvida da temporaria obrigação de não interromper o trafico portuguez da escravatura ao sul da linha: e como Portugal acceitou esta convenção com as suas limitações condicionaes e temporarias não tem agora o dereito de exigir que a dita obrigação heja de sobreviver á existencia das condições especificamente ligadas á sua duraçao.

O tratado de 1815 admitte a existencia anterior do direito de interrupção da parte da Grã Bretanha, visto que o tratado estipula a suspensão desse direito. Mas é a suspensão, e não a entrega, sobre o que es concordou no dito tratado, alem disso é uma suspensão condicional sobre cousas especificas, e que depende de acontecimentos contingentes que são claramente mencionados; e não é suspensão por determinado, ou definido espaço de tempo.

Porem as condições correlativas não foram preenchidas, e os acontecimentos contingentes sobre cuja occorrencia a suspensão devia acabar, foram realizados.

Porem em addicção ás estipulações do tratado de 1815 houveram certas circunstancias ao tempo que as ratificações foram trocadas, que tem muita força na presente questão.

O governo britannico estava resolvido, para que não houvesse desintelligencia alguma entre as duas potencias sobre quaes fossem os objectos expressos do tratado e da convenção de 1815, nem se suscitassem duvidas sobre a resolução do governo britannico, e que esses objectos ficassem preenchidos. Em consequencia do que o ministro britannico na corte portugueza teve ordem especial para não trocar as ratificações de um desses instrumentos sem trocar ao mesmo tempo as ratificações do outro: e de não trocar as ratificações de amb s, sem que o ministerio portuguez entregasse nas mãos do ministro inglez quando se effectuava a troca, uma declaração de que ficava prohibido o trafico da escravatura portugueza ao norte da linha; e o ministro britannico teve alem disto ordem para apresentar ao mesmo tempo, uma declaração pela parte da Grã Bretanha dizendo ser "a firme e determinada intenção de S. A. R. o Principe Regente de pôr em pratica os meios mais efficazes que estão ao seu alcance, para affiançar, aquellas partes da casta de Africa, nas quaes pelo tratado concluido em Vienna em 22 de janeiro, tem a corte de Portugal convencionado prohibir aos seus subditos o trafico da escravatura o pleno beneficio do d to contrato e da prohibição que delle resulta, e que S. A. R. considera como de seu dever, em consequencia da mutua declaração das duas potencias no tratado de 19 de fevereiro de 1810, e das obrigações especiaes do tratado do corrente anno, mandar que se adoptem *os mesmos meios efficazes para segurar a observancia da dita prohibição que são postos geralmente em pratica por todas as nações para desaggravar a infracção das leis prohibitivas de commercio en partes restrictas*; e o ministro britannico teve ordem para não trocar as ratificações menos que o governo portuguez consentisse acceitar esta declaração.

O ministro britannico cumprio estas instrucções, e a declaração foi apresentada aos plenipotenciarios portuguezes, e foi acceita por elles.

Ora como o visconde de Sá responde que Portugal cumprio de boa fé as obrigações por elle contrahidas, cumpre ao governo britannico passar uma breve revista sobre o estado do trafico da escravatura portugueza desde a conclusão dos tratados que se acabam de apontar, e desde a troca das declarações que acompanhavam a ratificação desses tratados.

Desde 1815 até hoje o trafico de Port gal em escravatura tem continuado, sem interrupção ou diminuição. E' hoje mais extenso do que fôra no tempo passado, mesmo antes de ser restringido por tratado; e prevalesce com o maior afinco nos logares mesmo, em que foi expressamente prohibido pelos tratados de 1810 e 1815.

O governo britannico fez incessantes esforços, posto que sem fructo algum, por meio des vigorosas queixas, para lembrar ao governo-portuguez a obrigaçao que contrahira de reprimir este trafico illisito.

Porem tanto os mares de Africa, como o atlantico estão cobertos de navios com bandeira portugueza, e sobrecarregados com victimas humanas.

Em 1837, 48 navios com bandeira portugueza entraram no porto de Hav na, depoi de terem desembarcado escravos na visinhança; e em 1838, 44 navios portuguezes seguiram o mesmo caminho, e calculando-se ter cada navio 443 escravos; o numero de escravos que os ditos navios portuguezes desembarcaram em Cuba deve subir pelo menos a 40,700.

Mas o numero de navios portuguezes que fazem este trafico com o Brasil, é ainda muito maior. Só no Rio de Janeiro, 93 navios de escravatura debaixo da bandeira portugueza se diz terem entrado no anno de 1837, e terem desembarcado na provincia pertencente a essa capital, o espantoso numero de 41,000 escravos. No anno de 1838, 84 navios portuguezes desembarcaram na mesma provincia 36,700 escravos; deve-se notar que este calculo não inclue o numero dos navios portuguezes que vão para outros sitios em Cuba, alem da Havana, nem outras provincias do Brasil sem ser a do Rio de Janeiro; deve-se tambem juntar a este numero os que se perdem no mar, e os que são apresados, e condemnados, que subiam a 36 em Serra Leoa nos annos de 1837 e 1838.

Lisboa mesmo tem por vezes sido o porto para esquipar navios para um semelhante trafico.

As authoridades portuguezas tanto no paiz como fóra delle, nunca tomaram medida alguma effectiva para punir, ou ao menos interromper este trafico.

Os consules portuguezes lhe dão a mão em quasi toda a parte, e as authoridades coloniaes as protegem universalmente; e qualquer destas classes de empregados são mui calumniados se não se aproveitam com a continuação deste crime.

Nem são estes factos desconhecidos ao governo portuguez: por quanto o governo da Grã Bretanha tem repetidas e amiudadas vezes communicado com todas as particularidades de tempo e logares, assim como dos nomes dos navios e das pessoas, que podiam ser necessarias para authorisar o governo portuguez a por as suas leis em vigor para revendicar a sua boa fe, e cumprir os seus tratados. Porém os esquecimentos continuam ainda: o trafico vai avante sem ser interrompido; os consules coniventes não são postos fóra dos seus logares, os governadores delinquentes conservam as suas authoridades, e os réos de escravatura ficam sem punição.

Prometteo-se fazerem-se indagações; porem nunca se tratou de se lhe dar remedio. Decretos prohibitivos foram de facto publicados, porem nunca se lhes tem dado execução.

O Sr. Sá da Bandeira, é verdade que se firma nos decretos de 10 de dezembro de 1836, e de 16 de janeiro de 1837 que, em palavras, aboliram a escravatura em todos os dominios portuguezes, assim como cita as ordens peremptorias dirigidas as authoridades coloniaes portuguezas, fazendo-os responsaveis pela execução e observação destes decretos.

Porem ao tempo que ó Sr. Sá da Bandeira citou estes documentos lhe lembraria por acaso o manifesto do marquez de Aracaty, governador de Moçambique, que suspendia estes tres decretos em toda aquella extensa colonia! e traz elle na memoria que estes affrontosos procedimentos não foram ainda punidos pelo governo de Lisboa?

Portugal não pode agora citar intesse algum nacional para á continuação deste trafico, por quanto as colonias trans-atlanticas para aonde se levavam escravos, para o trabalho da cultivação da terra, ficaram separadas de mãe patria, e as colonias africanas das quaes os escravos são hoje tirados, são despovoadas, e empobrecidas, e conservadas em estado de barbarismo por esta pratica.

E' verdade, que o governador de una destas colonias allegou, como desculpa para suspender o supradito decreto, que os escravos eram o unico meio que esta provincia tem de exportação proveitosa, e que o direito imposto sobre esta especie de exportação é a unica renda certa com que possa contar para o pagamento, tanto do seu ordenado como do dos seus officiaes subalternos—declaração bem singular na verdade, para ser feita por um funccionario que governa una provincia em que o terreno é inexaurivelmente fertil, em que o clima é proprio á cultivação das mais abundantes colheitas, e em que muitas substancias preciosa muito pedidas na Europa se podem alcançar em grandes quantidades com bem moderado trabalho.

Mas o governo portuguez reconheceu que o trafico da escravatura não constitue a prosperidade das colonias portuguezas, pelo contrario é a causa de ficar paralisado o seu desenvolvimiento. Verdade é que este trafico enriquece uns poucos de governadores, alguns officiaes subalternos, e certo numero de negociantes, á custa dos maiores interesses do estado; e acontece que para beneficiar uns poucos de individuos, alguns delles sem duvida portuguezes, porem a maior parte aventureros de outros paizes, Portugal permitte que a sua bandeira se avilte, se violem as suas leis, se comprometta a sua boa fé e fiquem quebradas as obrigações des seus tratados.

Na realidade, o governo de Portugal commettendo esta continuada quebra do tratado favorece mais os piratas estrangeiros do que os portuguezes; e um dos maiores males que resultam do presente estado de cousas vem a ser: que Portugal recusando cumprir a suas obrigações, torna em grande parte nullas as convenções contractadas com as outras potencias.

He desta modo, que ainda que o tratado concluido pela Grã Bretanha com Hespanha tem quasi acabado o trafico da escravatura debaixo da bandeira hespanhola, sem embargo disto os commerciantes hespanhoes de escravos tem içado a bandeira de Portugal, e debaixo, da protecção della tem continuado a proseguir com impunidade o seu criminoso trafico.

He deste modo, que o governo do Brasil, quando é chamado a contas pela Grã Bretanha pela extensão do trafico da escravatura feito entre Africa, e o Brasil, diz que este trafico é feito debaixo da protecção portugueza contra a vontade do governo do Brasil, e pode á Grã Bretanha se una com o Brasil para acabar com similhante abuso da bandeira portugueza.

Sempre que a Grã Bretanha instou com Portugal para cooperar e a pôr em pratica meios mais extensivos para acabar este trafico, ou tem Portugal recusado, ou procurado fazer disto um negocio, como fez em 1815 e 1817, quando exigia uma remuneração de valor para indusi-lo a unir-se "para promover uma medida geral, que só tinha em vista o bem da humanidade."

Em menoscabo do 10, artigo do tratado de 1810, nega-se a cooperar com S. M. B. adoptando os mais efficazes meios para conseguir a final abolição do trafico de escravatura. Em menoscabo de outra parte do mesmo tractado, permitte o seu trafico de escravatura de continuar em partes da Africa "aonde as potencias e estados da Europa que commerciavam dantes para alli o tem descontinuado, e abandonado." Permitte ainda ser a sua bandeira, em violação do tratado de janeiro de 1815, usada para fornecer escravos em outras partes, sem ser as possessões transatlanticas de Portugal. "Em violação do 3. artigo da convenção addicional de 28 de julho de 1817: recusa absolutamente modelar a legislação de Portugal ácerca da escravatura pela legislação da Grã Bretanha." Em violação do 2. artigo da mesma convenção faz diligencia de impedir a Grã Bretanha de supprimir o trafico da escravatura, que, por esse artigo, ambas as potencias declararam illicito, isto é a exportação de escravos em navios portuguezes para "portos fóra dos dominios de S. M. F." Em violação do artigo separado do 11 de setembro de 1817, se nega a adoptar as providencias da convenção de 28 de julho de 1817, ao estado alterado de circunstancias que existe, em consequencia da lei que abolio o trafico da escravatura em todos os dominios da coroa de Portugal.

Negou-se a assignar um tratado que contém estipulações indispensavelmente necessarias para levar a effeito essas varias medidas, ainda que a Grã Bretanha instasse para esse fim, durante uma negociação demorada por mais de quatro annos, mas pelo contrario insiste em estipulações que tomariam um similhante tratado ineficaz, do mesmo modo que o são as suas proprias leis.

Em vez de consentir e conceder maior poder para a detenção e condemnação de navios de escravatura, faz deligencias para encurtar o limitado poder que para esse effeito concedeu ha 20 annos; procura estreitar a extensão do direito mutuo de revistar, que pelo tratado de 1817 não tem limite algum de espaço geografico, e que pode ser hoje executado em todas as partes do mundo. Deseja abolir os tribunaes mixtos, estabelecidos pelos tratados existentes, e submet-

y 4 del tratado de 22 de Enero de 1815, Portugal prometió "determinar por un tratado separado, el periodo en que este tráfico habia de cesar en todas partes, y de ser prohibido en todos los dominios de Port gal;" y se obligó durante este intérvalo á no entrar en el ni permitir que se hiciese uso de su bandera para negocios de esclavitud bajo ningun pretexto ó de ninguna manera excepto en su comercio de exportacion de la Africa al Sur de la Linea, y en el de importacion para el surtimiento de sus posesiones transatlánticas.

Por otro lado, la Gran Bretaña convino por el 2.º articulo del tratado de 22 de Enero de 1815, en que una vez que Portugal cumpliese fielmente este tratado "segun su verdadera significacion y sentido" la Gran Bretaña no interrumperia de manera alguna los buques portugueses que fuesen á procurar esclavos á los territorios portugueses, poseidos, ó reclamados en el Africa al Sur de la Linea, durante la prolongacion del periodo en que esto fuese permitido por las leyes de Portugal y conforme á los tratados existentes entre las dos coronas.

Ahora, en primer lugar, Portugal nunca cumplió fielmente el tratado de 1815, conforme á su sentido y significacion; sino que, desde q' fué firmado este artículo hasta el dia, ha dejado abiertamente de cumplir este tratado, en lo que toca á cooperacion de su parte, y lo ha dejado sin efecto, salvo solo en lo que dice relacion con la estipulacion por la cual el saldo de las £600,000 habia de ser perdonado; y solo por este motivo de no darle cumplimiento Portugal, la Gran Bretaña tiene derecho á exigir que quede absuelta de su obligacion de no interrumpir el trafico de esclavos de Portugal al Sur de la Linea.

Pero, en segundo lugar, Portugal no tiene ya posesiones transatlánticas, y por consiguiente el trafico no es ya permitido á sus subditos por el tratado, desde que fué restringido por el mismo tratado al surtimiento de esas posesiones. En tercer lugar, el decreto portugues de 10 de Diciembre de 1836 constituyó este tráfico perfectamente ilegal en conformidad de las leyes de Portugal. Por consiguiente este tráfico es hoy una violacion tanto de la ley como del tratado; por lo tanto, suponiendo aun que Portugal hubiese cumplido rigorosamente las obligaciones que contrajo por el tratado de 1815, llegó el tiempo en que por las condiciones del mismo tratado queda la Gran Bretaña absuelta de la temporaria obligacion de no interrumpir el trafico portugues de esclavitud al Sur de la Linea; y como Portugal aceptó esta convencion con sus limitaciones condicionales y temporarias no tiene ahora el derecho de exigir que la dicha obligacion haya de sobrevivir á la existencia de las condiciones especificamente ligadas á su duracion.

El tratado de 1815 admite la existencia anterior del derecho de interrupcion de parte de la Gran Bretaña, desde que el tratado estipula la suspension de este derecho. Mas es la suspension, y no la entrega, sobre que se convino en el dicho tratado, ademas de que es una suspension condicional sobre cosas especificas, y que depende de acontecimientos contingentes que son claramente mencionados; y no es suspension por determinado ó definido espacio de tiempo.

Pero las condiciones correlativas no se llenaron y los acontecimientos contingentes sobre cuya ocurrencia la suspension debia acabar, se realizaron.

Pero en adicion á las estipulaciones del tratado de 1815 hubo ciertas circunstancias al tiempo de cangearse las ratificaciones, que tienen mucha fuerza en la presente cuestion.

El Gobierno britanico estaba resuelto, que no hubiese mala inteligencia alguna entre las dos potencias sobre cuales fueren los objetos espresos del tratado y de la convencion de 1815, ni se suscitasen dudas sobre la resolucion del Gobierno Británico, y que estos objetos quedasen llenados. En consecuencia, el Ministro britanico en la corte portuguesa tuvo orden especial para no cangear las ratificaciones de uno de estos instrumentos sin cangear al mismo tiempo las ratificaciones del otro; y de no cangear las ratificaciones de ambos, sin que el Ministerio Portugues entregase en manos del Ministro ingles cuando se efectuaba el cange, una declaracion de que quedaba prohibido el tráfico de esclavos al Norte de la Linea; y el Ministro britanico tuvo ademas órden para presentar al mismo tiempo una declaracion por parte de la Gran Bretaña diciendo ser "la firme y determinada intencion de S. A. R. el Príncipe Regente poner en práctica los medios mas eficaces que estan á su alcance para garantir á aquellas partes de la costa de Africa, en las cuales por el tratado celebrado en Viena el 22 de Enero, ha convenido la Corte de Portugal prohibir á sus subditos el tráfico de esclavos, el pleno beneficio del dicho convenio y de la prohibicion que de él resulta, y que S. A. R. considera de su deber, en consecuencia de la mútua declaracion de las dos potencias en el tratado de 19 de Febrero de 1810, y de las obligaciones especiales del tratado del corriente año, mandar que se adopten *los mismos medios eficaces para asegurar la observacion de la dicha prohibicion que son puestos generalmente en práctica por todas las naciones para desagraviar la infraccion de las leyes prohibitivas de comercio en partes vedadas*; y el Ministro britanico tuvo órden para no cangear las ratificaciones á menos que el Gobierno portugues consintiese en aceptar esta declaracion.

El Ministro britanico cumplió estas instrucciones, y la declaracion fué presentada á los plenipotenciarios portugueses, y fué aceptada por ellos.

Ahora, como el Visconde de Sá responde que portugal cumplió de buena fé las obligaciones contraidas por él, incumbe al Gobierno britanico pasar una breve revista sobre el estado del tráfico de esclavos portugueses desde la celebracion de los tratados que se acaban de indicar, y desde el cange de las declaraciones que acompañaban la ratificacion de estos tratados.

Desde 1815 hasta hoy el tráfico de Portugal en esclavos ha continuado, sin interrupcion ó diminucion. Es hoy mas extenso que lo que fué en tiempo pasado, aun antes de ser restringido por tratado; y prevalece con el mayor ahinco aun en los lugares en que fué exoresamente prohibido por los tratados de 1810 y 1815.

El Gobierno britanico hizo incesantes esfuerzos, aunque sin fruto alguno, por medio de vigorosas quejas para recordar al gobierno portugues la obligacion que contrajo de reprimir este tráfico ilícito.

Pero tanto los mares del Africa como el Atlantico estan cubiertos de buques con bandera portuguesa, y sobrecargados con víctimas humanas.

En 1837, 43 buques con bandera portuguesa entraron en el puerto de Habana, despues de haber desembarcado esclavos en la vecindad; y en 1838, 44 buques portugueses siguieron el mismo camino, y calculándose tener cada buque 443 esclavos, el número de esclavos que los dichos buques portugueses desembarcaron en Cuba debe ascender á lo menos á 40,700.

Mas el número de buques portugueses que hacen este tráfico con el Brasil, es aun mucho mayor. Solo en el Rio Janeiro, 93 buques negreros bajo bandera portuguesa se dice haber entrado en el año de 1837, y haber desembarcado en la provincia perteneciente á esta capital el espantoso número de 41,000 esclavos. En el año de 1838, 84 buques portugueses desembarcaron en la misma provincia 38,700 esclavos; se debe notar que este calculo no incluye el número de buques portugueses que van á otros puntos en Cuba fuera de la Habana, ni otras provincias del Brasil á mas del Rio Janeiro: Débese tambien agregar á este número los que se pierden en el mar, y los que son apresados y condenados, que subian á 36 en Sierra Leona en los años de 1837 y 1838.

Lisboa mismo ha sido varias veces el puerto para equipar buques para semejante tráfico.

Las autoridades portuguesas tanto en el pais como fuera de él, nunca tomaron medida alguna eficaz para castigar, ó aun para interrumpir este tráfico.

Los cónsules portugueses le dan la mano en casi todas partes, y las autoridades coloniales los protegen universalmente; y todas estas clases de empleados son muy calumniados si no se aprovechan de la continuacion de este crímen.

Ni son estos hechos desconocidos al gobierno portugues; por cuanto el gobierno de la Gran Bretaña repetidas y frecuentes veces los ha comunicado con todas las particularidades de tiempo y lugares, asi como de los nombres de los buques y personas, que podian ser necesarias para autorizar el gobierno portugues á poner sus leyes en vigor para reivindicar su buena fé, y cumplir sus tratados. Pero los olvidos continuan aun; el tráfico vá adelante sin ser interrumpido; los cónsules conniventes no son echados de sus puestos, los gobernadores delincuentes conservan sus autoridades, y los reos de esclavitud quedan impunes.

Se prometió que se harian indagaciones; pero nunca se trató de poner remedio. Decretos prohibitivos fueron en efecto publicados, pero nunca se les ha llevado á ejecucion.

El Sr. Sá da Bandeira, es verdad que inculca en los decretos de 10 de Diciembre de 1836, y de 16 de Enero de 1837 que, en palabras, abolieron la esclavitud en todos los dominios portugueses, asi como cita las ordenes perentorias dirigidas á las autoridades coloniales portugueses, haciendolos responsables de la ejecucion y observancia de estos decretos.

Pero al tiempo que el Sr. Sá da Baudeira citó estos documentos ¿recordaria acaso el manifesto del marques de Aracaty, gobernador de Mozambique, que suspendia estos tres decretos en toda aquella extensa colonia! Y ¿trajo á la memoria que estos afrentosos procedimientos no fueron aun castigados por el gobierno de Lisboa.

Portugal no puede ahora citar interes alguno nacional para la continuacion de este trafico, por cuanto las colonias transatlanticas á donde se llevaban esclavos para el trabajo del cultivo de la tierra, quedaron separados de la madre patria, y las colonias africanas de las cuales los esclavos son hoy sacados, son despoblados y empobrecidas, y conservadas en estado de barbarie por esta practica.

Es verdad que el gobernador de una de estas colonias alegó, como disculpa para suspender el susodicho decreto, que los esclavos eran el único medio que esta provincia tiene de exportacion provechosa, y que el derecho impuesto sobre esta especie es la única renta cierta con que puede contar para el pago tanto de su sueldo como del de sus oficiales subalternos; declaracion bien singular á la verdad para ser hecha por un funcionario que gobierna una provincia en que el terreno es sumamente fertil, en que el clima es propio para el cultivo de las mas abundantes cosechas, y en que muchas substancias preciosas muy buscadas en Europa se pueden conseguir en grandes cantidades con bien moderado trabajo.

Mas el gobierno portugues reconoció que el tráfico de esclavos no constituye la prosperidad de las colonias portuguesas; por el contrario es la causa de quedar paralizado su desarrollo. Es verdad que este tráfico enriquece unos pocos gobernadores, algunos oficiales subalternos, y cierto número de negociantes, á costa de los intereses mayores del Estado; y sucede que para beneficiar unos pocos individuos, algunos de ellos sin duda portugueses, pero la mayor parte aventureros de otros paises, Portugal permite que su bandera se envilezca, se violen sus leyes, se comprometa su buena fe y queden rotas las obligaciones de sus tratados.

En la realidad, el gobierno de Portugal cometiendo este continuado quebrantamiento del tratado favoreco mas á los piratas estrangeros que á los portugueses, y uno de los mayores males que resultan del presente estado de cosas viene á ser: que Portugal reusando cumplir sus obligaciones, hace en gran parte nulas las convenciones celebradas con las otras potencias.

Es de este modo, que aunque el tratado celebrado por la Gran Bretaña con España ha casi acabado con el tráfico de esclavos bajo la bandera española, sin embargo los comerciantes españoles de esclavos han izado la bandera de Portugal, y bajo la proteccion de ella han continuado prosiguiendo con impunidad su criminal trafico.

Es de este modo, que el gobierno del Brasil cuando es reconvenido por la Gran Bretaña por la extension del tráfico de esclavos hecho entre Africa y el Brasil, dice que este tráfico es hecho bajo la proteccion portuguesa contra la voluntad del gobierno del Brasil, y pide á la Gran Bretaña se una con el Brasil para acabar con semejante abuso de la bandera portuguesa.

Siempre que la Gran Bretaña instó á Portugal para que cooperase á poner en práctica medios mas extensos para acabar este tráfico, Portugal ó ha rehusado, ó procurado hacer de ello un negocio, como hizo en 1815 y 1817, cuando exigia una remuneracion de valer para inducirlo á unirse "para promover una medida general, que solo tenia en vista el bien de la humanidad."

En menoscabo del 10.º artículo del tratado de 1810, se niega á cooperar con S. M. B. adoptando los mas eficaces medios para conseguir la final abolicion del tráfico de esclavos. En menoscabo de otra parte del mismo tratado, permite continuar su tráfico de esclavos en partes del Africa, "adonde las potencias y Estados de Europa que antes comerciaban allí lo han descontinuado y abandonado." Permite aun, en violacion del tratado de Enero de 1815, que se use su bandera para surtir de esclavos á otras partes que no son posesiones transatlanticas de Portugal. En violacion del tercer artículo de la convencion adicional de 28 de Julio 1817, rehusa absolutamente modelar la legislacion de Portugal acerca de la esclavitud por la legislacion de la Gran Bretaña. En violacion del 2.º artículo de la misma convencion procura impedir que la Gran Bretaña suprima el tráfico de esclavos que, por este artículo, ambas potencias declararon ilicito, esto es, la exportacion de esclavos en buques portugueses para "puertos fuera de los dominios de S. M. F. En violacion del artículo separado del 11 de Setiembre de 1817, se niega á adoptar las providencias de la convencion de 28 de Julio de 1817, al estado alterado de circunstancias que existe, en consecuencia de la ley que abolió el tráfico de esclavos en todos los dominios de la corona de Portugal.

Negóse á firmar un tratado que contiene estipulaciones indispensablemente necesarias para llevar á efecto esas varias medidas, aunque la Inglaterra instase para este fin, durante una negociacion demorada por mas de cuatro años; insistiendo por el contrario en estipulaciones que harian ineficaz semejante tratado del mismo modo que lo son sus propias leyes.

En vez de consentir y conceder mayor poder para la detencion y condenacion de buques negreros, se esfuerza por reducir el limitado poder que para este efecto concedió ha 20 años; procura estrechar la estension del derecho mutuo de registro que por el tratado de 1817 no tiene límite alguno de espacio geográfico, y que puede ser hoy ejecutado en todas partes del mundo. Desea abolir los tribunales mistos, establecidos por los tratados existentes, y someter la adjudicacion

ter a adjudicação de navios de escravatura detidos, a tribunaes portuguezes, dos quaes em casos desta natureza o mais fragante o mais bem provado crime podia contar com a certeza de ficar absolvido.

Faz esforços para obter o poder de cancellar no fim de um certo periodo a parte do tratado de que não gostar, em outras palavras, pede o poder de fazer reviver no fim de certo tempo o trafico da escravatura em Portugal em toda a plenitude original da sua iniquidade.

Pede uma garantia pelas suas possessões da Africa contra o perigo a que ficariam expostas por uma medida reconhecida mesmo pelo governo Portuguez como base indispensavel do bem e da prosperidade dessas colonias; e assevera, que a boa ordem e o decoro exigem estas condicções, tão manifestamente repugnantes, á boa fé, ao interesse e á honra da nação.

As estipulaçoes que a Grà-Bretanha offereceu com urgencia para serem aceitas por Portugal são inculcadas pelo Sr. Sá da Bandeira como sacrificios que Portugal é obrigado a facer á Inglaterra sem concessões correspondentes feitas por Inglaterra a Portugal. Porem a Grà Bretanha nunca pedin cousa alguma de Portugal que não estivesse prompta ella mesma a conceder reciprocamente.

Potencia nenhuma é mais ciosa do que a Grà-Bretanha da interferencia com a sua bandeira no alto mar; assim mesmo a Grà-Bretanha concedeu o poder a Portugal de interferir com essa bandeira pela mesma estipulação que otorgou o poder a Gram Bretanha de interferir com a bandeira de Portugal.

Ninguem tem maior aversão do que a nação ingleza a submittir o direito de qualquer dos seus membros á jurisdição estrangeira, no entretanto a nação britannica, cedeu a um tribunal mixto inglez e estrangeiro, a adjudicação da propriedade ingleza, que possa ser accusada de ser envolvida neste trafico, estipulando apenas uma igual concessão da parte de Portugal.

O governo de S. M., convidando Portugal a cumprir as obrigaçoes a que se ligou, de modelar quanto fosse possivel as leis de Portugal, sobre o trafico de escravatura, pelas da Grà-Bretanha, não exige como allega o Sr. Sá da Bandeira, que o governo portuguez comine a pena de morte ao trafico de escravos. O Sr. Sá da Bandeira diz, que o abaixo assinado "propoz, no seu segundo projecto do artigo," que o crime fosse declarado de pena capital. S. E. intendeu mal aquelle projecto: comtudo as palavras daquelle projecto são claras e explicitas: são como se segue:—"Declarar-se-ha piratária o trafico de escravos, e os delle culpados sugeitos ás penas *secundarias* as mais severas."—e esta expressão apparece em ambos os projectos, propostos pelo abaixo assinado na sua nota de 20 de maio de 1838.

A lei de Inglaterra já não inflinge a pena de morte áquella especie de piratária que consiste em trafico de escravatura; e tudo quanto deseja o governo de S. M. é, que a lei de Portugal sobre este assumpto seja modelada pela da Inglaterra.

O abaixo assignado tendo assim, por ordem do governo, percorrido os diversos topicos a que se refere a nota do visconde de Sá, tem sómente a final de expressar o pesar do governo britannico, de que a determinação ultima adoptada por Portugal, tenha obrigado a Grà-Bretanha a dar esta longa e penivel resposta; e dizer, quão profundamente sente o governo britannico, de se achar na imperiosa necessidade de lançar mão daquellas medidas, que, durante esta negociação, se tem mais de uma vez advertido ao goberno portuguez, seriam as consecuencias inevitaveis da negativa em aceitar o tratado.

O governo de S. M. lamenta sinceramente á posição, as relações entre os dous paizes; porque o governo de S. M. conhece bem o valor daquella alliança entre Portugal e a Grà-Bretanha, que tem subsistido por espaço de dous seculos, e que foi fundada sobre os interesses mutuos de ambos os paizes.

Comtudo, por grande que deva ser o sentimento, que ó actual estado deste negocio, possa em todo o caso causar ao governo de S. M.; esse sentimento não pode deixar de se aumentar pela consideração do tempo em que, e das circumstancias com que agora teve logar.

Porque a final o governo britannico não pode esquecer, que Portugal tem, nestes pouços ultimos annos, sido libertado, pelo apoio britannico, do governo despotico de um usurpador tiranno; e que sem a ajuda de auxiares britannicos, e sem a protecção do governo britannico, elle não poderia gosar agora sem encomodo da liberdade constitucional. Não pode com effeito deixar de parecer circumstancia inçrivel, que, poucos annos depois, que a Soberana de Portugal era só devedora á Grà-Bretanha, do seu restabelecimento ao seu throno paterno, os ministros daquella Soberana deliberadamente rompessem as obrigações contrahidas para com a Grà Bretanha pelo predeçessor de Sua Real Ama: nem é menos anomalo e estranho, que a nação portugueza, quando ainda ha tão pouço tempo gosa da liberdade, que tão recentemente adquirio, teime em continuar a condemnar á escravidão a inoffensivel povoação da Africa. O abaixo assinado etc. etc.

Rascunho de uma nota para ser apresentada ao Sr. Visconde de Sá da Bandeira por Lord Howard de Walden.

O abaixo assignado etc., teve ordem do seu governo para fazer as seguintes observações, á cerca da nota que o Sr. Visconde de Sá da Bandeira dirigira ao Sr. Jerningham no dia 6 de outubro de 1838, em resposta á nota do 1.º de agosto antecedente, com a qual o Sr. Jerningham transmittiu ao Sr. Visconde de Sá um rascunho emendado de tratado sobre escravatura entre a Grà-Bretanha e Portugal.

O Sr. Visconde de Sá começou as observações sobre o dito rascunho referindo-se a certas estipulações inseridas pelo Sr. de Sá em um rascunho de tratado que S. E. remetteu em maio de 1837, e a cerca das quaes notava que como aquellas estipulações tinham sido admittidas nas convenções concluidas entre a Grà-Bretanha e a França, havia todo o motivo para esperar, que não deixariam de ser tambem acordadas pelo governo inglez no seu tratado com Portugal.

Porem França e Portugal a respeito de escravatura estão em tão differente posiçao, que não admitte a este respeito parallelo algum entre os

de buques negreros detenidos, á tribunales portugueses, de los cuales en casos de esta naturaleza el mas flagrante y mas bien probado crímen podía contar con la certeza de queder absuelto.

Hace esfuerzos para obtener el poder de cancelar al cabo de cierto periodo la parte del tratado que no le gustara; en otras palabras, pide el poder de hacer revivir al cabo de cierto tiempo el tráfico de esclavos en Portugal en toda la plenitud original de su iniquidad.

Pide una garantía para sus posesiones de Africa contra el peligro á que quedarian espuestas por una medida reconocida aun por el gobierno portugues como basa indispensable del bien y prosperidad de estas colonias; y asegura que el buen órden y el decoro exigen estas condiciones, tan manifiestamente repugnantes á la buena fé, al interes y al honor de la nacion.

Las estipulaciones que la Gran Bretaña ofreció con urgencia á la aceptacion de Portugal son tachadas por el Sr. Sá da Bandeira como sacrificios que Portugal es obligado á hacer á Inglaterra, sin concesiones correspondientes por la Inglaterra á Portugal. Pero la Gran Bretaña nunca pidió cosa alguna de Portugal que no estuviese pronta ella misma á conceder recíprocamente.

No hay potencia alguna mas celosa que la Inglaterra de tal entrometimiento con su bandera en alta mar; aun asi la Gran Bretaña concedió á Portugal el poder de entremeterse con esta bandera por la misma estipulacion que otorgó el poder á la Gran Bretaña de entrometerse con la bandera de Portugal.

Nadie tiene mayor aversion que la nacion inglesa á someter el derecho de cualquiera de sus miembros á la jurisdiccion extrangera: entretanto la nacion británica cedió á un tribunal mixto ingles y extrangero la adjudicacion de la propiedad inglesa que pueda ser acusada de ser envuelta en este tráfico, estipulando apenas una concesion igual de parte de Portugal.

El Gobierno de S. M., convidando á Portugal á cumplir las obligaciones á que se ligó, de modelar cuanto fuese posible las leyes de Portugal sobre el tráfico de esclavos, por las de la Gran Bretaña, no exige como alega el Sr. Sá da Bandeira, que el gobierno portugues commine la pena de muerte al trafico de esclavos. El Sr. Sá da Bandeira dice que el infraescrito "propuso en su segundo proyecto de artículo", que el crímen fuese declarado de pena capital. S. E. entendió mal aquel proyecto: con todo las palabras de aquel proyecto son claras y explícitas: son las siguientes: "Se declara piratería el tráfico de esclavos, y los culpados de ella sujetos á las penas *secundarias* las mas severas":—y esta expresion aparece en ambos proyectos propuestos por el infraescrito en su nota de 20 de Mayo de 1838.

La Ley de Inglaterra ya no inflige la pena de muerte á aquella especie de piratería que consiste en tráfico de esclavos; y todo cuanto desea el gobierno de S. M. es, que la ley de Portugal sobre este asunto sea modelada por la de la Gran Bretaña.

El infraescrito habiendo así, por órden de su gobierno, recorrido los diversos topicos á que se refiere la nota del visconde de Sá, tiene solamente por último que expresar el pesar del gobierno británico porque la determinacion última adoptada por Portugal haya obligado á la Gran Bretaña á dar esta larga y penosa respuesta; y decir, cuan profundamente siente el gobierno británico hallarse en la imperiosa necesidad de echar mano de aquellas medidas, que, durante esta negociacion, mas de una vez se ha advertido al gobierno portugues, serian las consecuencias inevitables de la negativa en aceptar el tratado.

El gobierno de S. M. lamenta sinceramente la posicion en que este estado de cosas debe colocar las relaciones entre los dos paises; porque el gobierno de S. M. conoce bien el valor de aquella alianza entre Portugal y la Gran Bretaña que ha subsistido por espacio de dos siglos, y que fué fundada sobre los intereses mutuos de ambos paises.

Con todo, por grande que deba ser el sentimiento que el actual estado de este negocio pueda en todo caso causar al gobierno de S. M.; este sentimiento no puede dejar de aumentarse por la consideracion del tiempo en que, y de las circunstancias con que ahora tuvo lugar.

Porque al fin el Gobierno británico no puede olvidar que Portugal, en estos últimos pocos años, ha sido libertado, por el apoyo británico, del gobierno despòtico de un usurpador tirano; y que sin la ayuda de auxiliares británicos y sin la proteccion del gobierno británico, no podria gozar ahora sin incomodidad de la libertad contitucional. No puede con efecto dejar de parecer circunstancia increible que, pocos años despues que la Soberana de Portugal era deudora solo á la Gran Bretaña de su restablecimiento en el trono paterno, los ministros de aquella Soberana deliberadamente rompiesen las obligaciones contraidas para con la Gran Bretaña por el predecesor de Su Real Ama: ni es menos anomalo y extraño que la nacion portuguesa, cuando aun hace tan poco tiempo que goza de la libertad que tan recientemente adquirió, se obstine en continuar condenando á la esclavitud la inocente poblacion del Africa. El infrescrito &c.

Bosquejo de una nota para ser presentada al Sr. Visconde de Sá da Bandeira por el Lord Howard de Walden.

El infraescrito &c. tuvo òrden de su gobierno para hacer las siguientes observaciones acerca de la nota que el Sr. Visconde de Sá da Bandeira dirigió al Sr. Jerningham el dia 6 de Octubre de 1838 en respuesta á la nota de 1.º de Agosto anterior, con la cual el Sr. Jerningham transmitió al Sr. Visconde de Sá un bosquejo enmendado de tratado sobre esclavos entre la Gran Bretaña y Portugal.

El Sr. Visconde de Sá comenzó las observaciones sobre el dicho tratado refiriendose á ciertas estipulaciones insertas por el Sr. Sá en un bosquejo de tratado que S. E. remitió en Mayo de 1837, y acerca de las cuales notaba que como aquellas estipulaciones habian sido admitidas en las convenciones celebradas entre la Gran Bretaña y Francia, habia todo motivo para esperar que no dejarian de ser tambien acordadas por el gobierno ingles en su tratado con Portugal.

Pero Francia y Portugal en cuanto al trafico de esclavos están en tan diferente posicion que no admite á este respecto paralelo alguno entre

dous reinos visto ter França inteiramente abandonado o trafico da escravatura, ao passo que Portugal é o seu grande protector e podendo-se sem risco confiar cazos de escravatura á decisão dos tribunaes francezes, seria irrisorio entregar taes casos aos tribunaes portuguezes.

O abaixo assignado prosegue referindo-se á immediata observação feita pelo Sr. Sá, dizendo que o abaixo assignado e elle, tinham ja concluido o ajuste, não só pelo que respeita ás diversas estipulações incluidas no rascunho do tratado que o abaixo assignado levou para Inglaterra mas tambem no contendo dos seus tres annexos, exceptuando somente uma estipulação pedida pelo Sr. Sá que era para que a Grá-Bretanha se obrigasse a garantir a segurança das possessões africanas de Portugal.

Não ha duvida que o abaixo assignado levou para Inglaterra para offerecer á consideração do seu governo o mencionado rascunho. Porem nem elle o tinha nem o podia ter approvado por não estar authorisado para esse fim e porque não o podia fazer de acordo com o theor das suas instrucções.

O Sr. Sá mostra pela sua nota, estar ainda desejoso de alcançar a dita garantia fundando o seu principal argumento para a exigir no facto de que apezar do trafico da escravatura ter sido abolido pela lei em todos os dominios da coroa de Portugal, a escravatura continuava até hoje a ser um dos ramos principaes de exportação das colonias portuguezas.

Quanto a esta declaração lemita-se o governo inglez a dizer, que raras vezes tem acontecido em paiz algum fazer-se tao odiosa imputaçác mesmo pelos seus mais acerrimos inimigos, como é á que fez a Portugal por similhante declaração o seu proprio governo.

Não se hade porem esperar que o governo britannico admita uma consideração tal como motivo para conceder a garantia que lhe foi pedida. O Sr. Sá declarou na sua nota que o tratado não foi assignado por não ser posivel caber no tempo copiar o tratado e seus annexos, antes do dia determinado para a partida do abaixo assinado, á qual como S. E. observou tinha ja sido demorada duas semanas, com a esperanza de levar ao fin desejado esta negociação.

O abaixo assignado porem remete o Sr. Sá á nota particular de S. E. do dia 12 de maio pedindo ao abaixo assignado lhe concedesse esta demora: o motivo que o Sr. Visconde de Sá indicou na dita nota acerca da demora que pedia lhe fosse concedida, foi o desejo de ganhar tempo, não para copiar um tratado sobre o qual as partes ja estavão de accordo, porem a fim de convencionar sobre os particulares em que ainda havia alguma divergencia: cinco particulares destes estão apontados na dita nota.

1.º O exigir se da parte da Grà-Bretanha, que o commercio da escravatura fosse declarado piratária.

2.º O quesito. Quaes deváram ser o logares a onde se ha vião de estabelecer as commissões mixtas?

3.º Quaes haviam de ser os limites geograficos para o direito de registar os navios?

4.º Qual havia de ser a duração do tratado?

5.º Se a Grà-Bretanha deveria dar alguma garantia para as colonias portuguezas?

O Sr. Sá na dita nota de 12 de maio de 1838, disse mais que esperava vencer todas essas difficultades no decurso de uma semana. Porem passados quinze dias se participou ao abaixo assignado que o projecto do tratado devia ser novamente submettido ao conselho de ministros, que a declaração que foi prometida ao abaixo assignado sobre a questão de piratária nao estava prompta, e que se exigia uma segurança mais positiva do que o abaixo assinado havia proposto, acerca do auxilio que devia ser prestado a Portugal contra quaesquer das suas colonias que se quizesse oppor á execuçao do tratado.

Foi então que o abaixo assignado assentou que não julgava justificada sua demora de sahida por mais tempo.

O Sr. Sá, em uma nota escrita em 30 de maio logo depois de sahir de Lisboa o abaixo assignado diz ter elle asseverado á sua Soberana, que se o abaixo assignado somente ficasse mais dois ou trez dias em Lisboa, as difficuldades que embaraçavam esta negociação ficariam deslindadas e o tratado concluido. Porem naquella mesma nota S. E. insestiu sobre ó garantir as colonias portuguezas, e recusava declarar piratária o trafico da escravatura.

Torna se pois claro agora pelas subsequentes comunicações, que ainda que o abaixo assignado tivesse demorado a sua sahida ate o dia de hoje, não lhe teria sido possivel obter a assinatura de tratado. E elle se acha agora aqui com instrucçoes do governo de Sua Magestade Britannica para por uma vez protestar contra as tentativas tantas vezes repetidas na nota do Sr. Visconde de Sá, para mostrar que S. E. o Sr. Visconde de Sá tinha feito propostas, que por forma alguma o governo britannico podia admittir por um momento, que deviam ser consideradas como se fossem estipulações ajustadas entre os dois governos ou entre os seus plenipotenciarios.

O Sr. Sá, queixa-se na sua nota das differenças que se encontram entre o rascunho do tratado que foi discutido pelo abaixo assignado e pelo duque de Palmela em 1815, e os diversos rascunhos da parte da Grã Bretanha, que foram subsequentemente remettidos ao abaixo assignado, e discutidos por elle com o Sr. Sá.

A primeira destas differenças consiste na ommissão das duas palavras de facto no preambulo, estas palabras não parecem ser importantes e por consequencia foram omittidas no rascunho remettido ao abaixo assignado em março 1838 que foi comunicado ao Sr. Sá em abril de 1838 porem á rogos do ministro portuguez foram novamente inseridas no rascunho remettido em maio seguinte e comunicado no mesmo mez ao Sr. Sá.

A segunda differença consiste na ommissão das seguintes palavras: 'Consentimento já estipulado pelo:" cujas palavras formavam parte do quarto artigo do rascunho do tratado o qual foi proposto ao Sr. V. de Sá da Bandeira segundo a alteração feite pelo Duque de Palmella, e do modo que foi approvado pelo governo de Sua Magestade.

Se esta ommissão na realidade existe, não pode deixar de ser consequencia de erro de quem copiou o rascunho. Por quanto as palavras que se

los dos reinos desde que Francia habia abandonado enteramente el tráfico de esclavos, al paso que Portugal es su gran protector, y pudiéndose sin riesgo confiar casos de trafico de esclavos á la decision de los tribunales franceses, seria irrisorio entregar tales casos á los tribunales portugueses.

El infraescrito prosigue refiriendose de la inmediata observacion hecha por el Sr. Sá, diciendo que el infraescrito y él habian ya concluido el ajuste, no solo por lo que respecta á las diversas estipulaciones incluidas en el bosquejo de tratado que el infraescrito llevó á Inglaterra, mas tambien en el contenido de sus tres anexos, exceptuando solamente una estipulacion pedida por el Sr. Sá, que era para que la Gran Bretaña se obligase á garantir la seguridad de las posesiones africanas de Portugal.

No hay duda que el infraescrito llevó á Inglaterra para ofrecer á la consideracion de su gobierno el mencionado bosquejo. Pero ni el lo habia ni podia haber aprobado por no estar autorizado para este fin, y porque no lo podia hacer de conformidad con el tenor de sus instrucciones.

El Sr. Sá muestra por su nota estar aun deseoso de obtener la dicha garantia, fundando su principal argumento para exigirla en el hecho de que apesar de haber sido abolido por la ley en todos los dominios de la corona de Portogal, el tráfico de esclavos continuaba hasta hoy siendo uno de los ramos principales de exportacion de las colonias portuguesas.

En cuanto á esta declaracion se limita el gobierno ingles á decir, que raras veces ha sucedido en pais alguno hacerse tan odiosa imputacion aun por sus mas acerrimos enemigos, como la que hace á Portugal por semejante declaracion su propio gobierno,

Pero no se debe esperar que el gobierno británico admita una consideracion tal como motivo para conceder la garantía que le fué pedida. El Sá declaró en su nota que el tratado no fué firmado por no dar lugar el tiempo á copiar el tratado y sus anexos antes del dia determinado para la partida del infraescrito, la cual como S. E. observó habia ya sido demorada dos semanas, con la esperanza de llevar al fin descado esta negociacion.

El infraescrito, empero, remite al Sr. Sá á la nota particular de S. E. del 12 de Mayo pidiendo al infraescrito le concediese esta demora: el motivo que el Sr. Visconde de Sá indicó en la dicha nota acerca de la demora que pedia fuese concedida, fué el deseo de ganar tiempo, no para copiar un tratado sobre el cual las partes ya estaban de acuerdo, sino á fin de convenir sobre los particulares en que aun habia alguna divergencia: cinco particulares de estos están apuntados en la dicha nota.

1º. El exigirse de parte de la Gran Bretaña, que el comercio de esclavos fuese declarado piratería.

2. La cuestion. ¿Cuales deberán ser los lugares adonde se han de establecer las comisiones mixtas?

3. ¿Cuales habrán de ser los límites geograficos para el derecho de registrar los buques?

4. ¿Cual habia de ser la duracion del tratado?

5. ¿Si la Inglaterra debería dar alguna garantía para las colonias portuguesas?

El Sr. Sá en la dicha nota de 12 de Mayo de 1838, dice mas, que esperaba vencer todas estas dificultades en el discurso de una semana. Pero pasados quince dias se participó al infraescrito que el proyecto de tratado debia ser nuevamente sometido al consejo de ministros, que la declaracion que fué prometida al infraescrito sobre la cuestion de pirateria no estaba pronta, y que se exigia una seguridad mas positiva que la que el infraescrito habia propuesto acerca del auxilio que debia ser prestado á Portugal contra cualquiera de sus colonias que quisiese oponerse á la ejecucion del tratado.

Fué entonces que el infraescrito asentó que no juzgaba justificada su demora de salida por mas tiempo.

El Sr. Sá en una nota escrita en 30 de Mayo luego de salido el infraescrito de Lisboa dice haber asegurado á su Soberana, que si el infraescrito solamente quedase dos ó tres dias mas en Lisboa, las dificultades que embarazaban esta negociacion quedarian deslindadas y el tratado concluido. Pero en aquella misma nota S. E. insistió sobre garantir las colonias portuguesas, y rehusaba declarar pirateria el tráfico de esclavos.

Es pues claro ahora por las comunicaciones posteriores, que aun cuando el infraescrito hubiese demorado su salida hasta el dia de hoy, no le hubiera sido posible obtener la signatura del tratado. Y él se halla ahora aquí con instrucciones del Gobierno de S. M. B. para por una vez protestar contra las tentativas tantas veces repetidas en la nota del Sr. Visconde de Sá para mostrar que S. E el Sr. Visconde de Sá habia hecho propuesta que de manera alguna el gobierno británico podia admitir por un momento que debian ser consideradas como si fuesen estipulaciones ajustadas entre los dos gobiernos ó entre sus plenipotenciarios.

El Sr. Sá se queja en su nota de las diferencias que se encuentran entre el bosquejo de tratado que fué discutido por el infraescrito y el Duque de Palmela en 1815, y los diversos bosquejos de parte de la Gran Bretaña que fueron posteriormente remitidos al infraescrito y discutidos por él con el Sr. Sá.

La primera de estas diferencias consiste en la omision de las dos palabras de hecho en el preámbulo; estas palabras no parecen ser importantes y por consiguiente fueron omitidas en el bosquejo remitido al infraescrito en Marzo de 1838 que fué comunicado al Sr. Sá en Abril de 1838, pero á ruego del ministro portugues fueron nuevamente insertas en el bosquejo remitido en Mayo siguiente y comunicado en el mismo mes al Sr. Sá.

La segunda diferencia consiste en la omision de las siguientes palabras: "consentimiento ya estipulado por él" cuyas palabras formaban parte del cuarto artículo del bosquejo de tratado; el cual fué propuesto al Sr. Visconde de Sá da Bandeira segun la alteracion hecha por el Duque de Palmela, y del modo que fué aprobado por el gobierno de S. M.

Si esta omision en la realidad existe, no puede dejar de ser consecuencia de error de quien copió el bosquejo; por cuanto las palabras que se

diz serem ommittidas se encontram na copia do rascunho de tratado que se acha nas mãos do abaixo assignado remettido ao Sr. Sá em abril de 1838: encontrao-se tambem na copia que foi entregue ao Sr. Sá em maio de 1838; assim como tambem se encontram, no rascunho emendado remettido ao Sr. Jerningham em jullio e apresentado ao Sr. Sá em agosto de 1838.

A terceira differença sobre a qual existe queixa é no sexto artigo dos rascunhos inglezes discutidos com o Sr. Sá a palavra "compensação" è substituida por "inaemnisaçao" quanto a esta alteraçao a abaixo assinado tem só a dizer, que esta preferencia de uma palavra ingleza a outra, náo faz como suppoem o visconde de Sá, differença alguma no sentido da estipulacáo.

A quarta differença da qual o Sr. Sá faz menção, é a inserção, de uma provisão no oitavo artigo do rascunho emendado, descutido pelo abaixo assinado com o Sr. Sá, auctorisando os commisarios britannicos no Rio de Janeiro para processar navios portuguezes detidos por trafico de escravatura, sempre que não hajam commisarios portuguezes residentes no Rio e sempre que os commisarios brasileiros recusem de processar os mesmos navios.

E necesario porem neste ponto notar, que nao havendo alguma estipulaçao desta naturoza Portugal podria practicamente anuullar o tratado não nomeando commissarios, e o effeito desta provisao proposta, e por tanto, para que, sem impor humiliação alguma a Portugal, o governo portuguez náo possa por meios indirectos, annullar as estipulaçòes do tratado.

A quinta differença, notada pelo Sr. de Sá, è a restricçáo, que o artigo nono do recem mencionado rascunho impóe no trasporte de escravos de uma das possessões portugueza para a outra. E' certo porem que esta restrição era de absoluta necessidade para prevenir evasivas fraudulentas das estipulaçoes do tratado.

A differença que se segue, e que no duodecimo artigo do rascunho emendado, discutido pelo abaixo assignado com o visconde de Sá, ommitte-se uma clausula, pela qual seria permitido aos commissarios dos tribunaes mixtos pagar com o dinheiro de cofre das prezas, certa somma por detenção aos navios que fossem retidos por motivo de estaven equipados para o trafico da escravatura, e que fossem afinal condemnados.

Esta clausula foi ommittida, por quanto os fundos de que se falla não seriam devidamente applicados para este fim. O tratado providenceia, que no caso especial a cada navio aprezado, e condemnado, os fundos que delle se realisarem ficam sugeitos ás despezas que só disserem respeito a esse caso: e se esta clausula não fosse inserida no tractado, o resultado seria, que o proveniente de um navio, seria indevidamente applicado a despezas pertencentes a outro navio.

A setima e ultima differença é que os rascunhos inglezes não contem um artigo feito pelo duque de Palmella estipulando ser o tractado revisto no fim de dez annos; sem o qual diz o Sr. da Sá, que o tratado ficaria perpetuo. O abaixo assignado tem sobre isto a responder, que sempre se intendeo que o tratado proposto, assim como todos os mais tratados para a suppressão da escravatura, ficassem illimitados em quanto á duração; porque, como se deve presumir que a intenção das partes contractantes seja, que o objecto que o tractado se propõe, se obtenha permanente; segue-se dahi, como cousa sabida, que os meios pelos quaes este objecto deve ficar seguro, devem tambem ser permanentes; e o abaixo assignado tem instrucçòes para lembrar ao governo portuguez, que no anno de 1835, o Marquez de Loulé que era então ministro dos negocios estrangeiros expressamente renunciou a toda a limitação ácerca da duração do tractado.

O governo britannico entende, que as observações que precedem, respondem sufficientemente ás queixas do visconde de Sá ácerca das differençàs que Sua Excelancia tem notado entre o ruscunho discutido com o duque de Palmella, e aquelles que foram subsequentemente discutidos com o visconde de Sá.

As obsérvaçòes, feitas pelo visconde de Sá sobre os rascunhos do tratado que o abaixo assignado discutio com diversos ministros de Portugal por varias veces, e até ao periodo de sua sahida para Inglaterra o anno passado, foram seguidas na nota de Sua Excelencia por outras sobre o rascunho emendado do tratado apresentado pelo Sr. Jerningham em agosto passado.

Su Excelencia disse que a abolição total da escravatura de Portugal deve ser considerada como tendo principiado na data de 10 de dezembro de 1836, e como o artigo separado do 11 de setembro de 1817, diz, que quando o trafico da escravatura de Portugal ficar inteiramente abolido, as duas partes amoldará sobre o estudo de alteração das cousas naquella epoca, a convenção de julho de 1817, e no caso de não poderem acordar nisto, a dita convenção ficará em vigor por 15 annos depois do periodo da abolição total: por tanto, qualquer modificaçòes que Portugal admitta desde e depois do 10 de dezembro nas estipulaçòes da convenção de 1817, deverão ser consideradas como outras tantas concessçoes feitas ao governo britannico.

Porem este modo de argumentar é fundado sobre uma interpretação pervertida do artigo separado, o qual só póde significar, que se, dado o caso que, os dous governos não fiquem de acordo sobre o novo arranjo das estipulações da convenção de 1817, sobre o estado alterado das circumstancias que se esperava sobreviessem de uma completa e total abolição da escravatura em Portugal, então, e em tal caso, as providencias tomadas para a suppressão daquelle trafico pela convenção de 1817 deviam ficar em vigor por 15 annos depois da abolição da escravatura em Portugal: d'outra fórma apresentaria uma perfeita contradicção entre linguagem e sentido o suppor que o sentido do artigo separado fosse, que as estipulações da convenção de 1817 continuassem a ser limitadas á escravatura de Portugal ao norte da linha; ao passo que no sul della tambem aquelle trafico se tinha tomado illicito. Pelo contrario, a manifesta intenção das partes contractantes ácerca desse artigo separado devo se inteader que foi que se, depois da total e em bonufide abolição do commercio portuguez de escravos, não podessem concordar sobre systema algun novo de convenção, para pór em vigor a continuada suppressão daquelle commercio; o systema de busca reciproca, e de processo por commissões mixtas, estabelecidoes por aquella convenção, em todo o case, ficaria em vigor por espaço de 15 annos.

dicen ser omitidas se encuentran en la copia del bosquejo de tratado que se halla en manos del infraescrito remitido al Sr. Sá en Abril de 1838; encuéntranse tambien en la copia que fuè entregada al Sr. Sá en Mayo de 1838; asi come tambien se encuentran en el bosquejo enmendado remitido al Sr. Jernigham en Julio y presentado al Sr. Sá en Agosto de 1838.

La tercera diferencia sobre la cual existe queja es en el sesto artículo de los bosquejos ingleses discutidos con el Sr. Sá; la palabra "compensacion" es sostituida por "indemnizacion:" en cuanto á esta alteracion el infraescrito solo tiene que decir, que esta preferencia de una palabra inglesa á otra, no hace, como supone el Visconde de Sá, diferencia alguna en el sentido de la estipulacion.

La cuarta diferencia de la cual el Sr. Sá hace mencion, es la insercion de una provision en el octavo artículo del bosquejo enmendado, discutido por el infraescrito con el Sr. Sá, autorizando á los comisarios britanicos en el Rio Janeiro para procesar buques portugueses detenidos por tráfico de esclavos, siempre que no haya comisarios portugueses residentes en el Janeiro y siempre que los brasileros rehusen procesar los mismos buques.

Pero es necesario notar sobre este punto, que no habiendo alguna estipulacion de esta naturaleza, Portugal podria practicamente anular el tratado, no nombrando comisarios, y el efecto de esta propuesta provision es, por lo tanto, para que, sin imponer humillacion alguna á Portugal, el gobierno portugues no pueda por medios indírectos anular las estipulaciones del tratado.

La quinta diferencia, notada por el Sr. de Sá, es la restriccion que el artículo nono del recien-mencionado bosquejo impone en el transporte de esclavos de una de las posesiones portuguesas para otra. Pero es cierto que esta restriccion era de absoluta necesidad para prevenir evasiones fraudulentas de las estipulaciones del tratado.

La diferencia que se sigue es, que en el duodecimo artículo del bosquejo enmendado, discutido por el infraescrito con el Visconde de Sá, se omite una cláusula, por la cual seria permitido á los comisarios de los tribunales mixtos pagar con el dinero del cofre de las mesas, cierta suma por detencion á los buques que fuesen retenidos por motivo de estar equipados para el tráfico de esclavos, y que fuesen al fin condenados.

Esta cláusula fué omitida, por cuanto los fondos de que se habla no serian debidamente aplicados para ese fin. El Tratado provee que en el caso especial á cada buque apresado y condenado, los fondos que de él se realizaren quedan sugetos á los gastos que solo dijesen respeto á ese caso; y si no estuviese inserta esta cláusula en el Tratado, el resultado seria que lo proveniente de un buque seria indebidamente aplicado á los gastos pertenecientes á otro buque. La séptima y última diferencia es que las copias ingleses no contienen un artículo hecho por el Duque de Palmella, estipulando se revise el Tratado al fin de diez años; sin lo cual, dice el Sr. Sá, que el Tratado quedaria perpetuo. El infraescrito tiene que respander sobre esto que siempre se entendiò que el Tratado propuesto, asi como todos los demas Tratados para la supresion del tráfico de esclavos, quedasen ilimitados en cuanto á la duracion; porque como se debe presumir que la intencion de las partes contratantes sea que el objeto que el Tratado se propone se obtenga permanente; siguese de ahí como cosa sabida que los medios por los cuales este objeto debe quedar seguro, deben tambien ser permanentes; y el infraescrito tiene instrucciones para recordar al Gobierno Portugues que en el año de 1835, el Marqués de Loulé que era entonces Ministro de Negocios Extrangeros espresamente renunció á toda limitacion acerca de la duracion del Tratado.

El Gobierno Británico entiende que las observaciones que preceden responden suficientemente á las quejas del Visconde de Sá acerca de las diferencias que S. E. ha notado entre el bosquejo discutido con el Duque de Palmella y los que fueron subsiguientemente discutidos con el Vizconde de Sá.

Las observaciones hechas por el Vizconde de Sá sobre los bosquejos del Tratado que el infraescrito discutió con diverses Ministros de Portugal por varias veces, y hasta el periodo de su salida para Inglaterra el año pasado, fueron seguidas en la nota de S. E. por otras sobre el bosquejo enmendado del tratado presentado por el Sr. Jerningham en Agosto pasado.

S. E. dice que la abolicion total de la esclavitud en Portugal debe considerarse haber principiado con fecha de 10 de Diciembre de 1836, y como el artículo separado del 11 de Setiembre de 1817 dice que cuando el tráfico de esclavos de Portugal quedase enteramente abolido, las dos partes amoldarian, sobre el estado de alteracion de las cosas en aquella época, la convencion de Julio de 1817, y en el caso de no poder acordar esta, la dicha convencion quedaria en vigor por 15 años despues del periodo de la abolicion total; por tanto cualesquiera modificaciones que Portugal admita desde ó despues del 10 de Diciembre en las estipulaciones de la convencion de 1817, deberán ser consideradas como otras tantas concesiones hechas al Gobierno Británico.

Pero ese modo de arguir está fundado sobre una interpretacion pervertida del artículo separado, el cual solo puede significar que, si dado el caso que los dos Gobiernos no queden de acuerdo sobre el nuevo arreglo de las estipulaciones de la convencion de 1817 sobre el estado alterado de las circunstancias que se esperaba sobreviniesen de una completa y total abolicion del tráfico de esclavos en Portugal, entonces y en tal caso las providencias tomadas para la supresion de aquel tráfico por la convencion de 1817, debian quedar en vigor por 15 años despues de la abolicion del tráfico de esclavos en Portugal: de otra manera presentaria una perfecta contradiccion entre el lenguage y el sentido el suponer que el sentido del artículo separado fuese que las estipulaciones de la convencion de 1817 continuasen siendo limitadas al tráfico de esclavos de Portugal al Norte de la linea; al paso que en el Sud de ella tambien aquel tráfico se habia vuelto ilícito. Por el contrario, la manifiesta intencion de las partes contratantes acerca de ese artículo separado debe entenderse que fué que si despues de la total y de buena fé abolicion del comercio portugues de esclavos, no pudiesen concordar sobre sistema alguno nuevo de convencion para poner en vigor la continuada supresion de aquel comercio; el sistema de reciproca pesquiza y de proceso por comisiones mixtas, establecido por aquella convencion, quedaria en todo caso en vigor por espacio de 15 años.

Todavia o abaixo assignado, tem sobre este particular para notar, que, ainda que o trafico de escravatura se tornasse illegal pela lei de Portugal de 10 de dezembro de 1836, esse trafico não foi abolido na pratica, nem totalmente nem em parte.

O Sr. Sá fez objecto de observação que no preambulo do rascunho do tratado emendado apresentado pelo Sr. Jerningham, os epitetos "barbaro" e "piratico" se applicavam ao trafico da escravatura; porem como elle não disse que considerava estes epitetos injustamente applicados, o governo britannico "não póde avaliar a força, ou o existe dessa observação.

O Sr. Sá manifestou tambem o desejo, que se mencionasse no tractado quaes fossem os individuos, sem serem pretos, cuja transportação da Africa para serem entregues a escravatura fosse consideradas pelo tratado como pirataria.

Porem sobre este particular, o abaixo assignado tem instrucçòes para responder que o Sr. Sá devia ter explicado qual era a classe e quaes eram os individuos cuja transportação da Africa para serem entregues á escravatura, o governo portuguez desejava, pelo tratado. legalisar e sanccionar. Pois que ao governo britannico não consta que haja pessoa alguma em Africa que não fosse um acto barbaro e de pirataria transportar d' ali para as entregará escravidão.

Queixa-se tambem sua exc. que no preambulo do rascunho emendado do tractado, se faz menção de certa distincção entre a epoca na qual a escravatura ficou abolida em Portugal, e aquella em que ficou abolida na Grã Bretanha, fazendo-se deste modo um contraste entre a promptidão da Inglaterra, e a tardança de Portugal sobre este assumto. Porem como se não póde pôr em duvida a exactidão das datas, e esta narração servindo meramente como de lembrança de factos historicos, o governo de S. M. não acha fundamento justo, para obstar á Inserção da mesma.

O visconde de Sá disse tambem que Portugal fez sacrificios, para promover a abolição, muito antes e mais extraordinarios do que qualquer outra potencia.

Sobre este particular o governo de S. M. tem sómento a dizer, que não estando ao facto de similhantes sacrificios, sente, que o visconde de Sá deixasse de os explicar.

O visconde de Sá referindo-se á parte do artigo 2.° no projecto emendado de tratado que prohibe registar navios de guerra, se queixa de que, no artigo que concede o poder de registar outros navios se não use expressamente da palavra—navios mercantes.—Porem omitte-se isto para fugir a expressões inuteis, porque, sendo os navios de guerra especificamente exceptuados de ficarem sujeitos á revista está visto que não podiam ser incluidos na generalidade da palavra—navios—e por consequencia era desnecessario ajuntar á palavra—navios—a descripção limitadora de—mercantes—com o fim de prevenir que os navios de guerra fossem incluidos na palavra—navios—alem disso ha mais uma objecção para se não usar da palavra—navios mercantes—em logar de—navios—e vem a ser, que poderia originar-se dali alguma equivocação no caso de se capturar algum navio de escratura, debaixo de certas circunstancias, por exemplo, na occasião em que aconteça não terem effectivamente carregação alguma a bordo, poderiam allegar que não eram—navios mercantes—

Sua Excelencia contestou mais, que os dous governos deveriam communicar um a outro, todos os seis mezes, os nomes e as forças dos navios empregados, para obstar o trafico da escravatura, assim como os nomes dos seus primeiros e segundos commandantes; porém tal troca de communicaçòes seria perfeitamente inutil. Só se podia admittir com o fim de informar de tempos em tempos cada um dos governos, quaes eram os officiaes que se achavam a bordo, uo em actual commando dos navios empregados para a suppressão do trafico da escrazatura. Porem os primeiros e segundos commandantes destas embarcações pequenas estão quasi sempre a mudar-se, e os dous governos não teriam conoccimento desta mudança senão mezes depois de se fazerem. Por tanto á troca de informaçòes entre os dous governos, em periodos certos, não daria resultado algun vantajoso; visto que sempre se refereriam a um periodico de muitos mezes antes, e nunca podia haver exactidão nos factos existentes ao tempo em que as communicações foram reciprobamente feitas. Por tanto, como o rascunho de tratado foi lavrado para conter sómente estipulações uteis na pratica, não continha a providencia de que se tracta.

Queixou-se Sua Exelencia, que pelo artigo 3 do rascunho emendado, ó comandante de um comboy quando revistar algun navio, ha de ser acompanhado pelo commandante do crusador, em vez de revistar por si só, como o Visconde de Sá dezejaria ficasse estipulado; porem á medida a que se faz esta objecção foi tirada do tratado concluido entre a Grã-Bretanha e Hespanha, em 1835, e èbem calculada para obstar ao desleixo ou conivencia da parte dos commandantes dos comboios.

O Sr. de Sá observou que, no 4.° paragrafo do 3.° artigo do rascunho emendado, a prohição de se visitarem os navios em qualquer porto ou enseada não se estende a navios em "bahias;" e que somente se deve intender a navios fundeados. Porem todo esse paragrafo, incluindo a limitação dos navios fundeados foi lembrãna do mesmo Sr. de Sá no seu proprio rascunho que elle tanto recommendou na sua nota.

A unica alteração que se fez nesta estipulação no rascunho emendado, foi omittir-se a palavra "bahias," por parecer acertado de ficar de fora porque quando por um lado as palavras "porto e anseada" denotam um ancoradoura frequentado, debaixo da administração e intendencia de autoridades constituidas que tem poder de exercer certa jurisdicção nos mesmos ancoradouros, e em cuja jurisdição os crusadores não se devem entremeter, por outro lado a palavra "bahia" se refere ou pelo menos pode incluir sitios não frequentados na costa, longo da intendencia de qualquer autoridade legal, e para a qual seria provavel irem os commerciantes de escravos para bem do seu trafico.

Ademas tiene que observar el infraescrito sobre este particular que aunque el tráfico de esclavos se volviese ilegal por la Ley de Portugal del 10 de Diciembre de 1836, ese tráfico no fuó abolido en la práctica, ni total ni parcialmente.

El Sr. Sá hizo objeto de observacion que en el preámbulo del bosquejo del tratado enmendado presentado por el Sr. Jerningham, los epitetos "barbaro" y "pirático" se aplicaban al tráfico de esclavos; pero como no dice él que consideraba estos epitetos injustamente aplicados, el Gobierno Britanico no puede valorar la fuerza ú objeto de esa observacion.

El Sr. Sá manifestó tambien el deseo que se mencionase en el tratado cuales fueren los individuos, sin ser negros cuya transportacion de Africa para ser entregados á la esclavitud fuese considerada por el tratado como piratería.

Pero sobre este particular el infraescrito tiene instrucciones para contestar que el Sr. Sá debia haber esplicado cual era la clase y cuales los individuos cuya transportacion de Africa para ser entregados á la esclavitud, deseaba el Gobierno Portugues legalizar y sancionar por el tratado. Pues que al Gobierno Británico no consta que haya persona alguna en Africa que no fuese un acto barbaro y de pirateria transportar de allí para entregarla á la esclavitud.

Quejase tambien S. E. de que en el preámbulo del bosquejo enmendado del tratado se hace mencion de cierta distincion entre la época en a cual el tráfico de esclavos quedó abolido en Portugal y aquella en que quedó abolido en la Gran Bretaña, haciéndose de este modo un contraste entre la prontitud de la Inglaterra y la tardanza de Portugal sobre este asunto. Pero como no puede ponerse en duda la exactitud de las fechas y sirviendo esta narracion meramente como de recuerdo de los hechos históricos, el Gobierno de S. M. no halla fundamento justo que obste á la insercion de la misma.

El Visconde de Sá dice tambien que Portugal hizo sacrificios para promover la abolicion mucho antes y mas extraordinarios que los de cualquiera otra potencia. Sobre este particular el Gobierno de S. M. tiene solamente que decir que, no estando al cabo de semejantes sacrificios, siente que el Visconde de Sá dejase de esplicarlos.

El Vizconde de Sá, refiriéndose á la parte del artículo 2.° en el proyecto enmendado del Tratado que prohibe registrar buques de guerra, se queja de que el artículo que concede el poder de registrar otros buques, no se use espresamente de la palabra—buques mercantes—Pero se omite esto para huir de las espresiones inútiles, porque siendo los buques de guerra especificamente exceptuados de quedar sugetos á la revista, está visto que no podian ser incluidos en la generalidad de la palabra—buques—y por consecuencia era innecesario agregar á la palabra—*buques*—la descripcion limitativo de —mercantes—con el fin de prevenir que los buques de guerra fuesen incluidos en la palabra—buques—Ademas de eso hay una objecion para no usar de la palabra—buques mercantes—en lugar de—buques—y viene á ser que podria originarse de ahí alguna equivocacion en el caso de capturarse algun buque del tráfico de esclavos bajo de ciertas circunstancias, por ejemplo, en ocasion en que acontezca no tener efectivamente cargamento alguno abordo podrian alegar que no eran—buques mercantes.—

S. E. contestó ademas que los dos Gobiernos deberian comunicar uno al otro, cada seis meses, los nombres y las fuerzas de los buques empleados para impedir el tráfico de esclavos, así como los nombres de sus primeros y segundos Comandantes; pero tal cange de comunicaciones seria perfectamente inutil. Solo podría admitirse con el fin de informar de tiempo en tiempo á cada uno de los Gobiernos cuales eran los oficiales que se hallaban abordo, ó en actual comando de los buques empleados para la supresion del tráfico de esclavos. Pero los primeros y segundos comandantes de estas pequeñas embarcaciones estan casi siempre sugetos á mudarse, y los dos Gobiernos no tendrian conocimiento de esta mudanza sino meses despues de hacerse. Por tanto el cange de informaciones entre los dos Gobiernos en periodos ciertos no daria resultado alguno ventajoso, visto que siempre se referirian á un periodo de muchos meses antes y nunca podia haber exactitud en los hechos existentes al tiempo, en que las comunicaciones fuesen reciprocamente hechas. Por tanto como el bosquejo del tratado fué hecho para contener solamente estipulaciones útiles en la práctica no contenia la providencia de que se trata.

Quejóse S. E, que por el artículo 3 del bosquejo enmendado el Comandante de un convoy cuando revistase algun buque ha de ser acompañado por el comandante del crucero, en vez de revistar por sí solo, como el Vizconde de Sá desearia quedase estipulado; pero la medida á la que se hace esta objecion fué sacada del tratado concluido entre la Gran Bretaña y España en 1835 y es bien calculada para impedir el desenido ó connivencia de parte de los comandantes de los convois.

El Sr. do Sá observó que en el 4.° párrafo del art. 3.° del bosquejo enmendado la prohibicion de ser visitados los buques en cualquier puerto ó ensenada no se estiende á los buques en "bahias;" y q' solamente se deba entender de los buques fondeados; pero todo ese é incluyendo la limitacion de los buques fondeados, fué obra del mismo Sr. do Sá en su propio bosquejo q' tanto recomendó ensu nota.

La única alteracion que se hizo en esta estipulacion en el bosquejo enmendado fué omitirse la palabra "bahias" por parecer acertado quedase fuera porque cuando por un lado las palabras "puerto y ensenada" denotan un fondeadero frecuentado bajo de la administracion é intendencia de las autoridades constituidas que tienen poder de ejercer cierta jurisdiccion en los mismos fondeaderes, y en cuya jurisdiccion los cruceros no deben entrometerse, por otro lado la palabra "bahia" se refiere, ó al menos puede incluir parages no frecuentados en la costa, lejos de la intendencia de cualquiera autoridad legal, y á la cual seria probable fuesen los comerciantes de esclavos para bien de su tráfico.

Queixa-se S. E. que o artigo 5. ° do rascunho emendado não contem uma clausula, para que estipulação nenhuma no tratacto deva ser considerada como obstaculo á livre communicação entre as diversas possessões da coroa de Portugal na Africa, e igualmente se queixa de que essas possessões portuguezas não estejam designadas no mesmo artigo.

Porem a clausula sobre o objecto da livre communicação foi omittida porque seria uma repetição inutil; "e a enumeração das possessões de Portugal na Africa foi omittida" porque não pertence á Grã Bretanha determinar por um tratado com Portugal, quaes sejam essas possessões e em todo o caso; a determinação, e designação dessas possessões é uma questão de direito terretorial, e nada tem com un tratado contra a escravatura.

Si o tratado tivesse sido concluidó sería applicavel a todas as possessões da coroa de Portugal, porem não faz parte do objecto que se deve cumprir, pelo tratado, designar que partes de Africa pertencem ou deixam de pertencer a Portugal.

Passou S. E. a queixar-se de se omittir uma estipulação que continha a convenção de 28 de julho de 1817 para que qualquer navio que levasse pretos havidos como parte da sua tripulação, não ficaria sujeito, por causa desses pretos, a ser detido. Porem essa clausula foi totalmente omittida, por isso que a inserção delia daria logar á um pretexto debaixo do qual se faziam talvez, deligencias para baldar os effeito do tratado.

Queixou-se S. E., que no rascunho emendado, se introduziriam certas restricções ácerca da passagem de pretos de uma parte dos dominios portuguezes para a outra. Porem estas restricções são, de certo, necessarias a fim de prevenir que se organise com regularidade um commercio legal de escravatura sob a directa sancção de um tratado—que foi concluido para o fim de dar cabó delle.

S. E. notou, que pelo 5. ° artigo do rascunho emendado; se qualquer dos regulamentos especificados nesse artigo ferem violados, ou não observados, a respeito de qualquer navio, o capitão, a tripulação e os donos ficarão sujeitos a serem processados como cumplices na infracção do tratado e como taes serão punidos. Porem o visconde de Sá não apresenta objecção alguma a esta estipulação, que na verdade mostra ser perfeitamente justa e sáa nos seus principios.

Queixa-se S. E., que no rascunho emendado ha uma providencia para se estabelecerem mais do que duas commissoes. Porem uma commissão se acha ja estabelecida na Africa e trabalha debaixo do antigo tratado, e S. E. tinha mesmo lembrado estabelecerem-se mais duas na Africa; uma em Angola, e outra no cabo da Boa Esperança, e é bem claro que alem destas, seria necessario estabelecer-se uma outra mas ilhas do mar de America.

O Sr. Sá se queixa que pelo novo rascunho, os commandantes que infringirem o tratado devem ser castigados segundo a culpa que voluntariamente, e com conhecimento de causa tiverem comettido; porem não se mostra que nesta estipulação se encontre cousa alguma repugnante aos principios de justicia.

O Sr. Sà sustentou que a alforria dos pretos livres se achava garanti la mais explicita e claramente pelo artigo 12 do rascunho que elle propoz, do que o estava no artigo 13 do rascunho proposto pelo govérno britannico. Comtudó, ó governo britanico é de differente opinião neste particular, e decisivamente assenta que a proposta derradeiramente citada é a que mais convem para se alcançar ó desejado fim.

Na ultima parte da nota do Sr. Sá, S. E. repete a mesma queixa que o rascuuho emendado não contem estipulação alguma que providenceie a revisão do tratado em época determinada.

Porem tal estipulação, inadmissivil, pois que só serviria para reservar o direito a Portugal para renovar o commercio da escravatura no fim da época determinada.

O Sr. Sá mostra o desejo que tinha de que no tratado sobre a escravatura houvesse uma estipulação para se ronovarem os antigos tratados d'alliança, amistade, e garantia. Porem total renovação é desnecessaria, por isso que o tratado proposto não tem acção alguma sobre os referidos tratados antigos, portanto uma vez que tal estipuçás é desnecessaria, só pode servir para dar azo a cavillações, que por forma alguma devem ter logar.

O abaixo assignado tem instrucções para notar sobre este particular, que, ou es es tratados se acham em vigor, ou se não acoam: O governo de Portugal assevera estarem em vigor, e a Grã-Bretanha não nega similhante asserção. Por tanto, se se acham em vigor de que serve renovarsse tratados? Se ass m se practicar, será entraquecê-los em logar de os confirmar, pois que se intenderia, que sem esta renovação, os tratados não ficavam em vigor.

O governo britannico por tanto é d'opinião que uma estipulação do modo que o Sr. de Sá propoz, serviria essencialmente para diminuir a força dos antiguos tratados entre as duas nações.

O Sr. de Sá representou as estipulações propostas no rascunho do tratada como outras tantas concessões feitas por Portugal á Inglaterra. Porem se taes estipulações se possão chamar concessões, neste caso são concessões feitas por Portugal á humanidade a justiça, e á boa fé, e não á Inglaterra.

O Sr. de Sá não quiz consentir, que se desse execução ao tratado logo depois de se trocarem as ratificações, e perdia que se concedessem certos intervallos para decorrerem entre a ratificação, e o principio da sua execução nas possessões africanas pertencentes a Portugal: porem est aposposição da sua execução parecería ser sómente um modo de ganhar tempo e de continuar até o ultimo momento a escravatura portugueza. Por cuonto o fundamento sobre o qual o Sr. Sá sustenta a sua proposta para posposição, é que os subditos portuguzes das regiões remotas ficarião sem esta posposição sujeitos a lhe serem applicadas as penas determinadas pelo tratado, antes que chegassem essas determinações ao seu conhecimento no mesmo tempo que S. Exa. diz no seguimento da sua nota, que os subditos portuguez em todas as partes do mundo estão ja pela lei portugueza de dezembro de 1836, por fazerem o commercio da escravatura sujeitos a penas muito mais severas ainda do que as que lhes havião de ser pelo mesmo crime impostas pelo tratado.

O Sr. Sá fez tambem objecto de queixa, de que se não concedesse o praso de seis mezes para trocar ratificações porem como não nega que se pode verifi-

Quejase S. E. de que el artículo 5. ° del bosquejo enmendado no contiene una clausula para que ninguna estipulacion en el tratado deba ser considerada como obstáculo á la libre comunicacion entre las diversas posesiones de la corona de Portugal en el Africa, é igualmente se queja de que esas posesiones portuguesas no estèn designadas en el mismo artículo.

Pero la cláusula sobre el objeto de la libre comunicacion fué omitida porque seria una repeticion inútil; y "la enumeracion de las posesiones de Portugal en Africa fué omitida" porque no pertenece á la Gran Bretaña determinar por un tratado con Portugal, cuales sean esas posesiones, y en todo caso la determinacion y designacion de esas posesiones es una cuestion de derecho territorial, y nada tiene que vér con un tratado contra el tráfico de esclavos.

Si el tratado hubiése sido concluido seria aplicable á todas las posesiones de la Corona de Portugal, pero no hace parte del objeto que se debe cumplir por el tratado designar que partes de Africa pertenecen ó dejan de pertenecer á Portugal.

Pasó S. E. á quejarse de omitirse una estipulacion que contenia la convencion del 28 de Julio de 1817 para que cualquier buque que llevase negros habidos como parte de su tripulacion no quedase sugeto por causa de esos negros, á ser detenidó. Peró esa cláusula fué totalmente omitida por lo mismo que la insercion de ella daria lugar á un pretexto bajo el cual se harian tal vez diligencias para cruzar los efectos del Tratado.

Quejóse S. E. de que en el bosquejo enmendado se introducian ciertas restricciones acerca del pasage de negros de una parte de los dominios Portugueses á otra. Pero estas restricciones son ciertamente necesarias á fin de prevenir que se organizase con regularidad un comercio legal de esclavos bajo la sancion directa de un tratado, que fué celebrado para el fin de concluir con él.

S. E. notó, que por el 5. ° artículo del bosquejo enmendado, si cualesquiera de los reglamentos especificados en este artículo fuesen violados, ó no observados con respecto de cualquier buque, el capitan, la tripulacion y los dueños quedarán sujetos á ser procesados como cómplices en la infraccion del tratado, y como tales serán castigados. Pero el Viscoade de Sá no presenta objeccion algune á esta estipulacion, que, á la verdad, muestra ser perfectamente justa y sana en sus principios.

Quejase S. E., en que el bosquejo enmendado hay una providencias para que se establezcan mas que dos comisiones. Pero una comision se halla ya establecida en Africa y trabaja bajo el antiguo tratado, y S. E. habia aun acordado establecer dos mas en Africa, una en Angola y otra en el Cabo de Buena Esperanza, y es bien claro que, fuera de estas, seria necesario que se estableciese otra en las islas del mar de América.

El Sr. Sá se queja que por el nuevo bosquejo, los comandantes que infringieren el tratado deben ser castigados segun la culpa que voluntariamente y con conocimiento de causa hubieran cometido; pero no se muestra que en esta estipulacion se encuentre cosa alguna repugnante á los principios de justicia.

El Sr. Sá sostuvó que la franqueza de los negros libres se hallaba garanti la mas explícita y claramente por el artículo 12 del bosquejo que él propuso, que lo estaba en el artículo 13 del bosquejo propuesto por el gobierno británico. Con todo, el gobierno británico es de diferente opinion en este particular, y decididamente asienta que la propuesta citada es la que mas conviene para el logro del deseado fin.

En la última parte de la nota del Sr. Sá., S. E repite la misma queja de que el bosquejo enmendado no contiene estipulacion alguna que provea á la revision del tratado en época determinada.

Pero tal estipulacion es inadmisible, pues qué solo serviria para reservar á Portugal el derecho de renovar el comercio de esclavos al concluirse la época determinada.

El Sr. Sá manifiesta el deseo que tenia de que en el tratado sobre la esclavitud hubiese una éstipulacion para renovar los antiguos tratados de alianza, amistad y garantia. Pero tal renovacion es innecesaria por cuanto que el tratado propuesto no tiene accion alguna sobre los referidos tratados antiguos; de consiguiente una vez que es innecesaria tal estipulacion, solo puede servir para dar márgen á cavilaciones que de ningun modo deben tener lugar.

El infraescrito tiene instrucciones para notar sobre este particular, que, ó esos tratados se hallan en vigor, ó no se hallan: El Gobierno de Portugal asegura que estan en vigor, y la Gran Bretaña no niega semejante aserto. Por lo tanto si se haya en vigor, ¿de què sirve renovar tratados? Si asi se practica, será debilitarlos en lugar de conformarlos pues que se entenderia que, sin esta renovacion, los tratados no quedaban en vigor.

El Gobierno britanico por lo tanto es de opinion que una estipulacion del modo que el Sr. de Sá propuso, serviria esencialmente para disminuir la fuerza de los antiguos tratados entre las dos Naciones.

El Sr de Sá representó las estipulaciones propuestas en el bosquejo de tratado como otras tantas concesiones hechas por Portugal á la Inglaterra. Pero si tales estipulaciones se pueden llamar concesiones; en este caso son concesiones hechas por Portugal á la humanidad, á la justicia, y á la buena fé, y no á la Inglaterra.

El Sr. de Sá no quiso consentir que se diese ejecucion al tratado, luego despues de cangearse las ratificaciones; y pedia que se concediese transcurrir ciertos intérvalos entre la ratificacion y el principio de su ejecucion en las posesiones africanas pertenecientes á Portugal; pero esta postergacion de su ejecucion pareceria ser solamente un modo de ganar tiempo y de continuar hasta el último momento el tráfico portugues de esclavos. Por cuanto el fundamento sobre el cual el Sr. Sá sostiene su propuesta para la postergacion, es que los subditos portugueses de las remotas quedarian sin esta proposicion sujeto á que se les aplicaran las penas determinadas por el tratado, antes que llegasen esas determinaciones á su conocimiento; al mismo tiempo que S. E. dice en la secuela de su nota que los subditos portugueses en todas partes del mundo que hicieron el comercio de esclavos, estan ya por la ley portuguesa de Diciembre de 1836, sujetos á penas mucho mas severas aun que las que les habian de ser impuestas por el mismo crimen por el tratado.

El Sr. Sá hizo tambien objeto de queja el que no se concediese el plazo de seis meses para cangear las ratificaciones; pero como no niega que este cange se

car essa troca em quatro semanas, o effeito que produziria o demorarem-se as ratificações seis mezes seria, como no caso que acabamos de apontar, só para ganhar mais tempo para continuar o trafico da escravatura.

O Sr. Sá depois de ter feito, quanto ao corpo do tratado as objecções a que acabamos de responder, prosegiu, notando as alterações feitas no rascunho emendado dos annexos A B e C.

Queixa se de se ommittir a estipulação proposta por Portugal para o fim de se prohibir aos commandantes dos navios de desembarcar individuos de bordo nas costas de qualquer paiz do qual não sejam naturaes sem o consentimento das auctoridades locaes.

Porem esta prohibição não é objecto que se ponha em tratados. Verdaderamente pertenecente a regulamentos de policia, que podem ser estabelecidos, se necessario por, pelas partes contratantes, cada uma delias por si, e para o seu territorio.

Sua Exa. disse que por falta desta prohibição das auctoridades portuguezas na ilha do Principe foram obrigados a sustentar gente pertenecente a tripulações de navios d'escravatura portugueza. Porem não explica a razão porque essas mesmas auctoridades não poseram em vigor contra taes malfeitores as penas comminadas pela lei de Portugal.

A estipulação para que escravos libertos sejam postos debaixo da protecção do governo ao qual pertencer o cruzador que fez a presa foi objectada pelo Sr. Sá, por quanto sendo os cruzadores empregados neste serviço quasi todos inglezes, o effeito desta estipulação seria, serem a maior parte dos pretos postos debaixo da protecção do governo britannico.

Porem a estipulação de que se trata foi expressamente inserida para este fim; e com vista de prevenir por este meio que os pretos que forem apresados e libertos ficassem escravos na realidade, ainda que apparentemente emancipados; o que seria muito facil acontecer nas colonias portuguezas.

O tratado entre a Grã Bretanha e Hespanha tambem contem uma medida para o mesmo fim.

Queixa-se S. Ex.ª da maneira vaga porque é concebida a providencia exarada no annexo B, para a reparação de qualquer injustiça que os commissarios fizerem. A estipulação, assim como se achava feita no ultimo rascunho toca mais directamente sobre este particular e vai tambem mais longe do que aquella que o mesmo Sr. Sá propoz; por quanto, a estipulação proposta pelo senhor Sá dá somente o poder de retirar os commissarios que se comportarem mal quando a estipulação no rascunho emendado estabelece a medida contra a repetição do caso particular em que possa haver alguma queixa.

O Sr. Sá disse, que no rascunho emendado, aquella parte do annexo C. que tem vista promover a industria dos pretos está em conformidade com a legislação ingleza em vez de estar, segundo se achava no rascunho proposto pelo senhor de Sá, em conformidade com a legislação de Portugal.

Esta alteração foi feita porque os regulamentos na forma que existiao no rascunho do Sr. de Sá não eram sufficientes para asegurar a liberdade dos pretos emancipados.

O Sr. Sá concluiu a sua representação sobre esta parte do assumpto objeccionando com toda a força a simplificação do tratado. Asseverou que as estipulações excluidas do rascunho emendado não prejudicavam o objecto do tratado pelo contrario teriam segurado a sua ulterior duração e a sua devida execução, e sustentou o direito que Portugal tinha a complicar o tratado, é a introduzir nelle, outras tantas clausulas e condições de aliança, de commercio, de subsidio quanto lhe fosse para o bem dos seus interesses propor, por cuanto Portugal ficaria obrigado para com a Grã-Bretanha a prohibir para sempre em todos os dominios portuguezes um trafico, que o Sr. Sá certifica lhe era licito, segundo outros tratados fazer, em lugares e partes ao sul do Equador; e porque pelo tratado proposto se haviam de ampliar os regulamentos de policia maritima para aquelles mares nos quaes os navios portuguezes estavan anteriomente livres de similhantes regulamentos.

O abaixo assignado tem instrucções para observar em resposta, que uma estipulação abrogatoria de um tratado no fim de um periodo estabelecido, não parece ser a melhor medida para assegurar a ulterior duração do mesmo tratado, e que o introdusir no tratado objectos que são pela mesma natureza complicados e estranhos pelo seu caracter, não parece ser um bom meio para facilitar a execução desse tratado.

Porem o facto é, que estes regulamentos de policia maritima tem ja sido em quanto ao seu principio concedidos por Portugal, e se acham já em vigor em grande porção do globo, e Portugal e em boa fé obrigado a ampliar a execução destes regulamentos nas outras partes, visto que este trafico foi prohibido em todas ellas pela sua mesma lei.

O governo de sua Magestade portanto não pode intender como, cumpriendo Portugal com as suas promessas anteriores possa ter algum direito a exigir, que em virtude disto a Inglaterra emprehendo novos pactos de aliança, de commercio ou de subsidio com Portugal.

O Sr. Sá, observou que as penas cominadas pelo decreto de 10 de dezembro de 1836 aos commerciantes da escravatura portugueza são mais severas do que as cominadas ao crime de trafico de escravatura sob a denominação de pirataria, segundo a explicação dessa denominação da la pelo abaixo assinado; Por ser isto assim, ó governo de Sua Magestade não sabe qual seja a razão porque S. E. se oppoem á applicação do nome de piratería ó escravatura: vendo que o effeito da applicação desta palavra seria a adição de um ferreto moral no crime, sem por outro lado augmentar a severidade da pena cominada aos prevaricadores.

S. E. continuou a observar, que alem da pena cominada de expatriação, as pessoas que incorrerem no crime da escravatura são ja ameaçadas pela lei portugueza com consideraveis multas, perda dos seus empregos, ficarem inhabilitados para servirem em quaesquer outros, e com a pena de galés; porem omittio declarar caso algum em que estas penas tenham realmente sido applicadas.

Com tudo S. E. declarou, que se os principaes estados interessados na questão da escravatura se queiram unir para fazer a declaração que o trafico da escravatura seja considerado piratarìa, Portugal não terá duvida em concorrer pela sua parte nesta declaração porem não pode dar o primeiro exemplo.

Não foi dada, porem pelo visconde de Sá razão alguma porque Portugal não possa dar o primeiro exemplo em um caso em que fazendo-o grangearia por isso muita honra, sem risco ou sacrificio algum da parte da sua nação.

O Sr. Sá no fim da sua nota, torna a fazer objecção á duração illimittada do tratado, observando que se este facto mostrar ser vantajoso para ambas as partes, não poderá deixar de ser renovado.

Sobre este particular, o abaixo assignado tem instrucções para observar, que não pode haver duvida alguma sobre as vantagens que deviam rezultar á humanidade pelo tratado, e por este mesmo principio a Grã Bretanha urge o amoldar o tratado de 1817 ao alterado estado actual de circunstancias; e o Sr. Sá *mesmo confessou que o tratado havia de ser vantajoso para Portugal*, por isso que tende a prosperidade das suas colonias, e ao verdadeiro bem dos portuguezes. *Porem a experiencia tem mostrado que muitas vezes acontece* nos negocios das nações, ver os interesses parti-

puede verificar en cuatro semanas, el efecto que produciria el demorar las ratificaciones seis meses, seria como en el caso que acabamos de indicar, solo para ganar mas tiempo para continuar el tráfico de esclavos.

El Sr. Sá despues de haber hecho en cuanto al cuerpo del tratado, las objecciones á que acabamos de responder, prosiguió notando las alteraciones hechas en el bosquejo enmendado de los anexos A. B. y C.

Se queja de que se omite la estipulacion propuesta por Portugal con el fin de prohibir á los comandantes de buques desembarcar individuos de su bordo en las costas de cualquier pais de que no sean naturales sin consentimiento de las autoridades locales.

Pero esta prohibicion no es objeto que se ponga en tratados. Verdaderamente pertenece á reglamentos de policia que pueden ser establecidos, si necesario fuere, por las partes contratantes cada una de ellas por sí y para su territorio.

S. E. dice que por falta de esta prohibicion de las autoridades portuguesas en la Isla del Principe fueron obligados á sostener gente perteneciente á tripulaciones de buques negreros portugueses. Pero no explica la razon porque esas mismas autoridades no pusiesen en rigor contra tales malhechores las penas conminadas por la ley de Portugal.

La estipulacion para que esclavos libertos sean puestos bajo la proteccion del gobierno al cual pertenezca el crucero que hizo la presa fuè objetada por el Sr. Sá, por cuanto siendo los cruceros empleados en este servicio casi todos ingleses, el efecto de esta estipulacion seria ponerse la mayor parte de los negros bajo la proteccion del gobierno británico.

Pero la estipulacion de que se trata fué expresamente inserta para este fin; y con la mira de prevenir por este medio que los negros que fueran apresados y libertados quedasen esclavos en la realidad, aun que aparentemente emancipados, lo que seria muy facil que sucediera en las colonias portuguesas.

El tratado entre la Gran Bretaña y España tambien contiene una medida para el mismo fin.

Quejase S. E. de la manera vaga en que es concebida la providencia inserta en el anexo B para la reparacion de cualquier injusticia que los comisarios hicieren. La estipulacion, así como estaba hecha en el último bosquejo tocamos directamente sobre este particular y va tambien mas lejos que aquella que el mismo Sr. Sá propuso; por cuanto, la estipulacion propuesta por el Sr. Sá dá solamente el poder de retirar los comisarios que se comportasen, cuando la estipulacion en el bosquejo enmendado establece la medida contra la repeticion del caso particular en que pueda haber alguna queja.

El Sr. Sá dice que, en el bosquejo enmendado, aquella parte del anexo C. que tiene en vista promover la industria de los negros está en conformidad con la legislacion inglesa en vez de estar, segun se halla en el bosquejo propuesto por el Sr. de Sá, en conformidad con la legislacion de Portugal.

Esta alteracion se hizo porque los reglamentos en la forma que existian en el bosquejo del Sr. de Sá no eran suficientes para asegurar la libertad de los negros emancipado.

El Sr. Sá concluyó su representacion sobre esta parte del asunto objetando con la mayor fuerza la simplificacion del tratado. Aseguró que las estipulaciones excluidas del bosquejo enmendado no perjudicaban el objeto del tratado; al contrario habrian asegurado su ulterior duracion o su debida ejecucion, y sostuvo el derecho que Portugal tenia para complicar el tratado, é introducir en el tantas cláusulas y condiciones de alianza, de comercio y de subsidio cuantas fuesen para bien de sus intereses proponer, por cuanto Portugal quedaría obligado para con la Gran Bretaña á prohibir para siempre en todos los dominios portugueses un tráfico que el Sr. Sá asegura le era lícito, segun otros tratados hacer, en lugares y partes al Sur del Ecuador; y porque por el tratado propuesto se habian de extender los reglamentos de policia maritima á aquellos mares en que los buques portugueses estaban anteriormente libres de semejantes reglamentos.

El infraescrito tiene instrucciones para observar en respuesta, que una estipulacion abrogatoria de un tratado a cabo de un periodo establecido, no parece ser la mejor medida para asegurar la ulterior duracion del mismo tratado, y que el introducir en el tratado objetos que son por su misma naturaleza complicados y estraños por su caracter, no parece ser un buen medio para facilitar la ejecucion de este tratado.

Pero el hecho es, que estos reglamentos de policia marítima ya han sido, en cuanto á su principio, concedidos por Portugal, y se hallan ya en vigor en gran porcion del globo, y Portugal es de buena fe obligado á estender la ejecucion de estos reglamentos á las otras partes, desde que este tráfico fué prohibido en todas ellas por su misma ley.

El gobierno de S. M. por lo tanto no puede entender como, cumpliendo Portugal con sus promesas anteriores pueda tener alguna derecho á exigir, que en virtud de esto, la Inglaterra contraiga nuevos pactos de alianza, de comercio ó de subsidio con Portugal.

El Sr. Sá observó que las penas conminadas por el decreto de 10 de Diciembre de 1836 à los comerciantes portugueses de esclavos son mas severas que las conminadas al crimen de tráfico de esclavos bajo la denominacion de piratería, segun la esplicacion de esa denominacion dada por el infraescrito; pero siendo esto así, el gobierno de S. M. no sabe cual sea la razon porque S. E. se opone á la aplicacion del nombre de piratería á la esclavitud, viendo que el efecto de la aplicacion de esta palabra seria la adicion de una nota infamante al crimen, sin por otro lado aumentar la severidad de la pena conminada á los prevaricadores.

S. E. continuó observando que, ademas de la pena conminada de destierro, las personas que incurrian en el crimen de tráfico de esclavos son ya amenazadas por la ley portuguesa con considerables multas, perdida de sus empleos, y de quedar inhabilitados para servir en cualesquiera otros, y con la pena de galeras; pero omitió declarar caso alguno en que estas penas hayan sido realmente aplicadas.

Con todo S. E. declaró, que si los principales estados interesados en la cuestion de la esclavitud se quieren unir para hacer la declaracion de que el tráfico de esclavos sea considerado pirateria, Portugal no tendria hesitacion en concurrir por su parte á esta declaracion, pero puede ser el primero en dar el ejemplo.

Pero no se dió por el Visconde de Sá razon alguna porque Portugal no pueda ser el primero en dar el ejemplo en un caso en que haciéndolo se grangearia por ello mucho honor sin riesgo ó sacrificio alguno de parte de la nacion.

El Sr. Sá al fin de su nota, vuelve á hacer objeccion á la duracion ilimitada del tratado, observando que si este hecho muestra que es ventajoso para ambas partes, no podrá dejar de ser renovado.

Sobre este particular el infraescrito tiene instrucciones para observar que no puede haber duda alguna sobre las ventajas que debian resultar á la humanidad por el tratado, y por este mismo principio de la Gran Bretaña insta para que se amolde el tratado de 1817 al actual estado alterado de circunstancias. *Y el mismo Sr. Sá confesó que el tratado habia de ser ventajoso á Portugal*, por cuanto tiende á la prosperidad de sus colonias y al verdadero bien de los portugueses. *Pero la experiencia nos ha mostrado que muchas veces sucede* en los negocios de las naciones, ver los intere-

ses particulares de unos pocos individuos que casualmente *obtienen una influencia sobre el pais, sobreponerse á los verdaderos intereses de una nacion entera;* y de este modo no se puede indefectiblemente deducir que los gobiernos trillen siempre la senda que conduce al bien de la comunidad, cuya prosperidad les es confiada, y por lo que respecta á la cuestion en particular que nos ocupa, se puede notar que la insuperable repugnancia del gobierno de portugal á celebrar el tratado que se halla ahora en discusion no indica mucho á favor de la facilidad que se habia de encontrar en lo sucesivo para renovar un tratado semejante en el caso de quedar ahora celebrado con un limitado periodo de duracion.

El Sr. Sá ponderó la naturaleza onerosa del derecho de los buques armados de visitar los buques mercantes, como argumento contra la duracion ilimitada del tratado, pero no hay en realidad nada de oneroso en semejante visita, siempre que el buque de este modo visitado no pertenezca al trafico de esclavos; y por cierto ningun buque podia ser sospechado de pertenecer al tráfico de esclavos, sin ser hallado en cierta línea de carrera. Pero si existiese algun gravamen en ser sugeto á visitas, *la Gran Bretaña debia ser la parte que mayor razon tuviese* para oponerse, por cuanto, *al presente los buques* que no pertenecen al tráfico de esclavos, que siguiendo su derrota son frecuentemente encontrados cerca de las susodichas carreras, y por consiguiente *deben quedar mas expuestos* á innecesarias visitas, son buques ingleses.

El Sr. Sá observó que la esclavitud podia venir á acabar en todo el mundo, y en este caso no habia mas motivo para prolongar el derecho de registro. El Gobierno ingles está perfectamente de acuerdo sobre esto, y luego que la *esclavitud*, así como el tráfico de esclavos quede abolido en todo el mundo, las partes contratantes en un tratado de esta naturaleza, han de convenir sin duda en anular hechos que entonces se vuelven inutiles.

culares de uns poucos de individuos que por acazo *alcançam uma influencia sobre o paiz, sobrepujar os verdadeiros interesses de uma nação inteira;* e deste modo se não pode impreterivelmente concluir que os governos trilhem sempre a vereda que conduz ao bem da communidade, cuja prosperidade lhes é confiada, e pelo que respeita à questão em articular que nos occupa, pode-se notar, que á insuperavel rapugnacia do governo de Portugal para concluir o tratado que se acha gora em discussão não indica muito a favor la facilidade que se habian de encontrar para futuro em renovar um tratado similharte no cazo de ficar agora concluido com um limitado periodo de duração.

O Sr. Sá ponderou a natureza onerosa do direito dos navios armados vizitarem novios mercantes, como argumente contra a duração illimitada do tratado, porem nao ha nacenlidade, nada, de onerozo em simhante vezita semper que o navio por este modo vizitado, não pertença á escravatura; e de certo, navio nenhum podia ser suspeito de pertenecer á escravatura sem ser achado em certa linha de carretra. Perem se exestisse algum gravame em ser sujeito a vezitas a *Gra Bretanha devia ser a parte que maior razio tivesse* para se oppor, porquanto, *ao presente os navios* que não pertenecem á escravatura, que seguindo á sua derrota são frequentemente encontrados, perto das sobreditas carreiras, e que por consequencia *devem ficar mais expostos* a desnecessarias vezitas são, navios inglezes.

O Sr. Sá observou, que a escravatura pode vir a acabar em todo o mundo, e neste cazo não havia mais motivo para prolongar o direito de revista. O governo inglez esta perfeitamente de acordo nisto; e logo que a *escravidão*, bem como o trafico da escravatura fique aboiido em todo o mundo, as partes contratantes em um tratado desta natureza, hão-de sem duvida accordar em annullar factos que então se tornam inuteis.

El Sr. Sá con todo dió una razon muy fuerte para no especificar un periodo de años determinado para la revision del tratado, cuando observó que la abolicion del tráfico de esclavos por la ley portuguesa, es meramente un acto de la legislacion portuguesa, *que puede ser revocado por el mismo poder que lo legisló;* pero si este acto hubiese de ser incorporado en un tratado, la obligacion de él no podia ya depender de la voluntad de una de las partes; y por esto el gobierno portugues no debia permitir que la continuacion de sus propios actos quedase dependiente del beneplácito de un poder extrangero." Pues: que es la declaracion arriba citada, sino una confesion directa que se quiere una limitacion de tiempo con el propósito específico de reservar *el derecho á Portugal al fin del tiempo estipulado de legalizar meramente el tráfico de esclavos.*

El objeto de queja que el Sr. Sá declaró en ultimo lugar fué que al infraescrito y al Sr. Jeraingham se les mandó declarar que el proyecto del tratado en la forma que fué ultimamente enmendado *era el ultimatum del Gobierno britanico.*

Pero despues de cuatro años de negociaciones durante los cuales ha pedido de Portugal la mayor parte de las estipulaciones del tratado, segun fué originariamente propuesto por la Gran Bretaña, quedó modificada, algunas de las dichas estipulaciones enteramente abandonadas, y otras muchas nuevas admitidas y despues modificadas, el Gobierno de S. M. no juzgó fuera de razon declarar que llegó finalmente el tiempo en que Portugal debia decir si era su deseo concluir, ó dar por acabada esta negociacion; y el gobierno británico sinceramente lamenta que el gobierno de Portugal haya preferido adoptar la ultima alternativa.

El infraescrito se persuade de haber ahora respondido á todas las observaciones que el Sr. Sá fué encargado por su gobierno de hacer con respecto a esta tan prolongada negociacion.

O Sr. Sá, comtudo deu uma razão muito forte para não expificar um periodo de annos determinado para a revisão do tratado, cuando observou que a abolição da escravatura pela lei portugueza, é meramente um acto da ligislação portugueza,*que pode ser revogado pelo mesmo poder que o legislou*; porem se este acto houvesse de ser encorporado em um tratado, a abrigação delle não podia já depender da vontade de uma das partes; e por isso o governo portuguez não devia permittir que a continuação dos seus proprios actos ficasse dependente do beneplacito de um poder estrangeiro. Pois o que é a declaração acima citada mais do que uma confissão directa que se requer uma limitação de tempo pelo proposito especico de reservar *o direito a Portugal no fim do tempo estipulado para legalizar novamente o commercio da escravatura.*

O objecto da queixa que o Sr. Sá declarou em ultimo lugar, foi que o abaixo assignado e o Sr. Jeraingham foram mandados declarar que o projecto do tratado na forma que foi ultimamente emendado *era o ultimatum do governo britannico.*

Porem depois de quatro annos de negociação durante os quaes a pedido de Portugal a maior par e das estipulações do tratado, segundo foi originalmente proposto pela Gra Bretanha, ficou modificada, algumas das ditas estipulações inteiramente abandonadas, e outras muitas novas admitidas e depois modificadas, o governo de S. M. não julgou fora de razão declarar, q' chegou finalmente o tempo em que Portugal hade assentar se é o seu desejo concluir, ou dar por acabada esta negociação e o governo britannico sinceramente lamenta que o governo de Portugal tenha preferido adoptar a ultima alternativa.

O abaixo assignado se persuade ter agora respondido a todas as observações que o Sr. Sá foi encarregado pelo seu governo de fazer a respeito desta tao prolongada negociação.

MOVIMIENTO

DE LA

POBLACION.

TERCERA PUBLICACION.

Dia 5.

☞ No ha habido solicitantes.

SEGUNDA PUBLICACION.

Dia 6.

D. José Taboada, Córdoba.
Saturnino Páramo, Rio Janeiro.
Antonio José Villegas. id.
Cipriano Calvo, id.
Salvador Salvatori, id.

PRIMERA PUBLICACION.

Dia 7.

D. Benito Pucheta, con tropa de carretas despachada por D. José Maria de Agote, Córdoba.
Barnardo Blanco, id.
Lucas de la Cruz, id.
Màximo Ximenez, id.
Gerónimo Moyano, con tropa de arria, despachada por D. Gervacio Castro, San Juan.

AVISOS NUEVOS.

¡Viva la Federacion!

JARDIN DEL RETIRO,

Calle de la Esmeralda No. 300.

GRAN

Funcion de Volatin.

EL Domingo 9 del corriente tendrá lugar en el jardin del Retiro una funcion de volatin en que se exhibirá por la compañia un número de pruebas de gusto, deseosa siempre de hacerse acreedora á los favores que le dispensa este respetable público.

Manuela Donato bailará unas cuadrillas en la cuerda tirante, y se parará de cabeza en un vaso.

Gervacio Macias hará una marcha y bailará el fandanguillo.

Catalina Manzanares bailará un minuet federal.

Segundo Laguna hará una marcha con los ojos vendados, estando la cuerda guarnecida de puñales, y dos en cada pié.

Manuela Donado bailará el gato.

Gervacio Macias hará una marcha en la maroma, con un sable en cada pié, se sentará sobre tres vasos, y bailará el llanto por primera vez.

Catalina Manzanares bailará unas cuadrillas.

El Payaso comerá algunos tisones de fuego.

Segundo Laguna bailará por alto, colocará una silla en la cuerda donde se sentará, se hincará y se parará, dará un salto, y caerá parado.

Gervacio Macias hará una marcha con un arco en la boca y tres vasos de agua sobre dicho arco y fianalizará con bailar un minuet provinciano.

Saltos por alto y bajo por toda la compañia sobre mesas cintas, por una banda de lienzo y por varios objetos.

Dará fin el todo de la funcion con la divertida excena del dentista.

f7—3p. A LAS 5 DE LA TARDE.

Ama de leche.

SANA, y sin vicios; se necesita una en la calle de Suipacha No. 41. f7—3p.

¡VIVA LA FEDERACION!

AVISO

DEL

Tribunal de Comercio.

POR disposicion de los Señores Prior y Cónsules se cita y convoca á junta general á todos los acreedores del prófugo D. Miguel Milert, la que tendrá lugar en su sala de despacho el Lúnes diez del corriente á las doce de la mañana y será presidida por el Sr. Teniente de Cónsul D. Ramon Villanueva. Se previene á los mismos que á este acto traerán los documentos que acrediten sus respectivos créditos, y á los que no concurriesen que les parará el perjuicio que hubiese lugar. Buenos Aires Febrero 7 de 1840.

Faustino Ortiz de Oroño,
f8–2pd4–escribano del consulado

INTERESANTE
A LOS
Padres de Familia.

EN la fabrica de sombreros calle de la Federacion número 154 en la cuadra y sera donde estaba el Departamento de Serenos, se desean tomar dos ó tres jóvenes para enseñarles el oficio de sombrerero, las personas que quieran lograr esta oportunidad pueden acercarse á dicha fabrica, á toda hora del dia, y de noche hasta las nueve que encontrarán con quien tratar.

f8—3p.

Aviso.

SE dan cuatrocientos pesos á reditos, quien los quisiere tomar, en la calle de la Paz tres cuadras de la Merced para el Retiro darán razon frente á lo de la Sra. de Alsina en un cuarto que tiene en la puerta una tabla de teniente alcalde. f8—1p

For Liverpool.

THE FIRST CLASS BRITISH BARQUE

PAMPERO,

Captain John Roberts.

Now lying at Montevideo, will be despatched for the above port on or about the 10th of February next.

Being an entirely new vessel, on her first voyage, and having magnificent cabin and steerage accommodations, offers a most eligible opportunity to persons desirous of returning to England; those who may be anxious of availing themselves of the same, may obtain passage by timely application, either here or at Montevideo, to the Consignees—

Nicholson, Green & Co.
Piedras núm. 232.

Se necesita

UN mozo para una confiteria, que tenga aptitudes para el despacho, y presente quien responda de su conducta, y será admitido en el Café Argentino; ahi mismo encontrará al que lo necesita.

f7—3p.

REMATES.

POR TOMAS GOWLAND
Y Ca.

En la casa calle de Cuyo No. 131.

El Lunes 10 del corriente, á las once en punto, se rematarán indispensablemente á la mejor postura, las siguientes plantas.

Diamela, Elcotrope, Agapantos, naranjo, Palma Imperial, Coral, Bocamelia, Rosales, Laurel rosa, y otras varias plantas.

POR LOS MISMOS.

En la barraca del Señor Don Tomas Garcia de Zuñiga, calle de la Victoria, dos cuadras antes de llegar á la Plaza de Lorea.

El Martes 11 del corriente, á las once en punto se rematarán á la mejor postura, por tener que desocuparse el establecimiento, los siguientes articulos.

Una caja de fierro para dinero, 1 escritorio con bancos, 1 péndola, 1 armario para libros y papeles, 1 estufa con caños, 6 sillas de madera americanas, 1 hermosa tina de baño de cobre, una cantidad de barricas vacias con arcos de fierro como para sebo, 1 cocina económica, 1 tacho de fierro, 5 portones con herrajes, 3 puertas con marcos, 6 id. sin ellos, 10 ventanas vidrieras, 3 puertas con marcos y vidrieras, 1 herreria completa, una cantidad de fierro viejo, varias ruedas de fierro, 1 reja de fierro, una cantidad de útiles y herramientas de carpintero, medias-tinas para agua, baules y cajas vacias, 1 carro con arreos para caballos, 1 idem nuevo id. id., 1 balanza con 3,000 libras de peso, 10,000 baldosas, 2,000 pizarras y y piedras de marmol para embeldozar, una cantidad de barriles de pintura, una idem de cajones de lata grandes, y de otras clases, carretillas de mano nuevas y de medio uso, palos, tablas, y varias otras maderas, y otra porcion de difentes cosas.

POR EL MISMO.

En la casa calle del 25 de Mayo No. 58.

El Miercoles 12 del corriente á las 11 en punto se rematarán indispensablemente á la mejor postura todos los muebles y útiles de dicha casa que consisten de lo siguiente.

1 hermoso aparador de caoba, 1 hermosa mesa de comedor de id. como para 30 personas, 1 docena sillas de esterilla doradas, 1 alfombra de gergon, 1 sofá forro de zaraza, 1 espejo marco de caoba, 8 cuadros, 1 par floreros, 1 id. mecheros con despaviladeras, 1 Reloj de sobre-mesa, 2 figuras malagueñas, 2 banquitos para los pies, 6 floreros chicos, 1 alfombra para estufa, 4 lámparas, 1 mesa lavatorio de caoba completo, 1 lava pies completo, 1 tocador de caoba, 1 cómoda estante para libros, 1 nesério de resorte, 2 cujas de caoba con colgaduras, colchones &c., 2 quilla-pies, sillas de madera norte americanas, 1 alfombra de iglesia, 2 cujas para niños con colchones, 1 cómoda, 1 estante para libros, 1 lavatorio completo, espejos, 1 estera de esparto, 4 carpetas, 2 aparadorcitos, 1 surtido de loza fina de uso, 1 id. cristales finos, cucharitas de plata y otras varias piezas, cubiertos de marfil, 1 sofa forro de zaraza, 2 filtros, 2 alfombras de ule, servicio para café, 2 cafeteras de cobre, libros en ingles, 1 hermosa bateria de cocina, 1 juego tapa fuentes, 1 baño de lata con pié, mesas de pino, leña de espinillo y otra porcion de muebles y útiles de casa.

POR LOS MISMOS.

En casa del finado Guillermo H. Andrews.

Calle del Perú núm. 217.

El Jueves 13 del corriente á las 11 en punto se rematarán á la mejor postura todos los muebles y utiles de dicha casa que consiste de lo sigiente: 1 alfombra de tripe, 3 comodas de caoba, 1 mesita de costura, 1 mesa de almuerzo, 1 docena sillas de esterilla americanas, 1 silla de amacar, 4 candeleros de platina, 1 lavatorio, 1 alfombra, 1 estera, 1 anteojo, 1 mesa para luz, 1 mesa de comedor, 6 sillas de madera, 1 estufa para sala, 1 carro para paseo con arreos, 1 juego de arreos nuevos completo guarnecido de bronce hecho en los Estados Unidos, como 30 arrobas jabon blanco, 1 cocina económica y sus utencilios, mesas y utiles de cocina &c. &c. &c.

Por mayor, ó MENOR.

ALFABETOS á 4 reales el pliego, atlas de Malte Bran á 12 pesos cada uno, un album en blanco con papel de color su precio 16 $, un atlas de geografia antiguo, por Brown su precio 12 pesos, actas de la Independencia á 2 pesos, almanaques perpetuos á peso, libros en blanco largos y angostos rayados á 5 pesos, libros en blanco de varios tañamos de 15 á 100 pepesos, cepillos de ropa con cabos á 9 y á 10 pesos, cepillos de pelo de 5 á 10 ps., cepillos de sombrero á 3 pesos, cajitas con tapas de vidrio á 12 reales, cuatro á seis docenas cajitas pequeñas de carton á 3 pesos docena, libros para el dibujo en blanco, papel marquilla de 8 á 20 pesos, tarros de betun de esponja á 2 pesos. Libreria número 30 calle de la Catedral.

f7—3*

Se vende

UNA galera fuerte y hermosa. El que la quiera ocurra al No. 122 calle de la Victoria. f7—4pd1.

Aviso.

Se vende una criada de 28 años, para todo servicio, en la cantidad de 200 pesos plata, ó su equivalente en moneda corriente. En la calle de la Paz No. 67, encontrarán con quien tratar.

f7—3p.

Se alquila

Una casa esquina sita de San Nicolas en las calles de Cerrito y Parque, bajo los números 262 y 264, con todas las comodidades precisas para cualquier negocio, como para pulperia, almacen y barraca, que para el efecto tiene un hermoso corralon. El que quiera tratar ocurra á la calle del Paraguay No. 262, en donde encontrara con quien tratar. f7—3p.

VENTA
DE
CASAS

LA Posesion calle de Corrientes y Talcahuana números 326 tazada en 49,284 4 reales lo edificado se compone de una esquina con sus altos, por separado cuatro cuartos buenos de alquiler que miran al Norte, la esquina tiene dos trastiendas. Este terreno se compone de dos cuartos de tierra, su frente al Norte y 70 de fondo, como para edificar media cuadra á la calle de Talcahuano, tiene un corredor de 25 varas en el corralon y un cuarto mas, fué tasada hace tres años: al que se interese el comprarla se le hara una rebaja de su tasacion: para tratar ocurra á la calle de Suipacha núm. 161.

f3—15c

Cigarros habanos y Correntinos

EN CAJONCITOS,

HAY EN VENTA EN LA calle de la Federacion No. 47. e17—1me.

¡VIVA LA FEDERACION!

POR disposision del Señor Juez de Primera Instancia en lo civil Dr. D. Cayetano Campana, se ha de sacar en almonedas y remate en las galerias de la Casa de Justicia los dias 10, 11 y 12 del que gira á las 4 de la tarde una casa perteneciente á la testamentaria de D. Fausto Araoz en esta ciudad, calle de la Piedad N.º 349, tasada en la cantidad de 10,000 pesos monedá corriente. Buenos Aires, Febrero 4 de 1840.

Adolfo Conde.
Escribano Público.
f5—3p.

SE NECESITAN

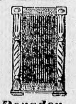
Dos ó tres jóvenes de 14 á 16 años, á quienes se les tomará ya sea por contrata, ó con conchavo, para destinarlos al cuidado de ovejas en un establecimiento cerca de la ciudad.

Igualmente un hombre inteligente en en trabajo de horno de ladrillo, y que sea honrado: á este se le hará un partido ventajoso. Para tratar ocúrrase á la calle de Representantes No. 53. e30—tfs.

VIVA LA FEDERACION!

Aviso á la Policia.

El dia 5 de Febrero de 1840 de casa de D. Francisco Graso se huyó una china llamada Petrona Graso, cara pampa, ojos grandes, labios gruesos, una quemadura al lado derecho, pelo corto, edad 13 á 14 años, lleva un vestido con fondo flor romero, otro id. de listado rosado, otro id. de zaraza negra pintas blancas, un pañuelo fondo punzó flores amarillas y verdes, un rebozo de pellon color pasa, un par de botines; en la calle de Balcarce No. 16 se dará una gratificacion. f6—15p.



Dorador.

JOSEPH FAR, avisa al público haberse mudado á la calle de Cangallo número 88, y continuar en su oficio de dorar cuadros para espejos, retratos, &c., y tambien recibe cuadros viejos para dorar, dejándolos como nuevos, y asimismo egecuta todo lo perteneciente á este arte con toda perfeccion. Se hacen barillas doradas. Igualmente hacen cuadros adornados, superiores á cuanto se ha introducido en esta ciudad hasta la fecha. e23—1me.

Se compran

DOCE ó diez bueyes que sean carreteros, y tambien un par de castillos que estén en estado de servicio. Para tratar ocúrrase á la calle de Representantes No. 53. e25—tfs.

En venta

UN hermoso coche nuevo flamante sin el menor uso, construido á la moderna, todo él de obra superior y completamente aparejado; quien se interese en su compra ocurra á la casa de martillo de J. J. Arriola, calle de la Reconquista núm. 14

e27—tfs

Wanted.

A GOOD MAN COOK, well recommended from his last place.

Apply at this office.

e15—tfc.

Se compran

Doce ó diez y seis bueyes carreteros, y dos castillos que estén en estado de servicio.

El Redactor Responsable,
SANTIAGO KIERNAN.